

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

SÉRGIO BARBOSA DOS SANTOS SILVA

O PARADOXO DA DEMOCRACIA: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ALUNOS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A INTERNET

BRASÍLIA

2014

SÉRGIO BARBOSA DOS SANTOS SILVA

O PARADOXO DA DEMOCRACIA: A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A INTERNET

Trabalho apresentado na Universidade de Brasília,
como requisito parcial para a obtenção do título de
bacharel em ciências sociais com habilitação em
sociologia sob orientação da professora Dra. Débora
Messenberg.

BRASÍLIA

2014

SÉRGIO BARBOSA DOS SANTOS SILVA

O PARADOXO DA DEMOCRACIA: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ALUNOS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A INTERNET

Trabalho apresentado na Universidade de Brasília,
como requisito parcial para a obtenção do título de
bacharel em ciências sociais com habilitação em
sociologia sob orientação da professora Dra. Débora
Messenberg.

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dr.^a Débora Messenberg
Orientadora
(Universidade de Brasília)

Prof.^a. Dr.^a Marisa Von Büllow
Examinadora
(Universidade de Brasília)

BRASÍLIA

2014

À minha família e, em especial, à minha avó.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais, Carlos Evâneo e Luiza Barbosa, por toda dedicação e carinho que sempre me devotaram, aos meus irmãos, Maria Olímpia, Floriano e Walter pela cumplicidade eterna. Aos meus amigos do SOL, da UnB, da equipe fantástica de administração da secretaria (Luciana, Michele, Renata, Heverton e Marcus), do SIGMA, do Vieira Cabral, de Viçosa, de Vila Velha, do MJ e do MDA por compartilharem momentos de alegrias e tristezas, e em especial, a Mariana Fumiere, Mayara Fumiere, Thaynara Fumiere, Talita Costa, Juliana Cei, Victória Sette, Luiza Simão, Luiza Muniz, Maitra Dell' erba, Jéssica Ferraz, Gabriela Costa, Lyvia Rodrigues, Manuela Leda, Rayla Costa, Gillian Leão, Liz Costa, Suzete Bonfim, Vanessa Costa, Rafaela Carvalho, Lauro Júnior, Rodolfo Nóbrega e Ricardo Rocha pelos ricos conselhos e discussões durante os meus quatro anos da graduação. Por fim, agradeço a minha orientadora, Messenberg, por toda paciência, atenção e carinho que dedicou a mim e a essa pesquisa que, sem dúvida, extrapolou as exigências curriculares acadêmicas. A todos, meus sinceros agradecimentos!

Resumo

A democracia liberal enquanto sistema político hegemônico vem enfrentando um “paradoxo”, a saber: há uma falta de confiança nas instituições políticas concomitante a uma preferência pelo sistema democrático. Este trabalho procura analisar como a internet pode sugerir novas oportunidades de ativismo e novas formas de participação para a sociedade, em específico, como os alunos da Universidade de Brasília se valeram da rede virtual para alavancarem novas práticas participativas. Trata-se de um estudo que discute os resultados de pesquisa realizada junto aos universitários da UnB, acerca de suas intensidades e qualificações da participação política, com destaque para a interpretação de suas motivações e de suas percepções acerca do pensar e fazer política no Brasil.

Palavras chave: democracia; internet; participação política; alunos da UnB.

Abstract

The liberal democracy being an hegemonic political system, is facing the "democratic paradox", namely: there is a lack of confidence in political institutions concomitant to a preference for the democratic system. This work discusses how the internet can suggest new opportunities for activism and new forms of participation in society, particularly, how the students of the University of Brasilia (UnB) took advantage of the internet to leverage new participatory practices. This is a study that realizes the results of research conducted with the students of UnB, about the intensity and qualifications of their political participation, especially for the interpretation of their motivations and their perceptions about thinking and doing politics in Brazil.

Key words: democracy; internet; political participation; students of UnB.

Lista de Ilustrações

Figuras

Figura 1: Web 2.0	36
Figura 2: Democracia Digital	39

Gráficos

Gráfico 1: Você concorda com a afirmação: a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo?	15
Gráfico 2: Qual o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia no país?	15
Gráfico 3: Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições?	17
Gráfico 4: Se o voto não fosse obrigatório, por que votaria assim mesmo?	17
Gráfico 5: Membro associado ou participante	22
Gráfico 6: A política e o governo parecem tão complicados?	23
Gráfico 7: Qual o interesse em relação às eleições de 2014?	25
Gráfico 8: Grau de Confiança nas Instituições	25
Gráfico 9: Qual dos partidos políticos existentes no Brasil você mais se identifica?	27
Gráfico 10: Por que não participa politicamente?	29
Gráfico 11: O que é Democracia para você?	30
Gráfico 12: Motivações para participação política	31
Gráfico 13: O que é ser cidadão para você?	37
Gráfico 14: Assinar uma petição online	41
Gráfico 15: Você confia na internet?	42
Gráfico 16: Você confia na imprensa escrita?	43
Gráfico 17: Você confia na televisão?	43
Gráfico 18: Você assiste ao horário eleitoral gratuito?	44
Gráfico 19: A propaganda eleitoral é fator relevante para escolha de seu voto?	44
Gráfico 20: Você foi favorável às Jornadas de Junho ocorridas em 2013?	51
Gráfico 21: Você participou das Jornadas de Junho de 2013?	52
Gráfico 22: Como soube das <i>Jornadas de Junho</i> de 2013?	53
Gráfico 23: Motivações para participar das Jornadas de Junho	54
Gráfico 24: Motivações para não participar das <i>Jornadas de Junho</i>	54
Gráfico 25: Avaliação dos resultados	56
Gráfico 26: Você aprova ou desaprova as manifestações violentas por parte dos manifestantes ocorridas nas Jornadas de Junho de 2013?	57

Gráfico 27: Você aprova ou desaprova as manifestações violentas por parte dos policiais ocorridas nas Jornadas de Junho de 2013?.....	57
Gráfico 28: Como você avalia a cobertura da mídia televisiva em relação às Jornadas de Junho de 2013?	58
Gráfico 29: Renda familiar mensal	59
Quadros	
Quadro 1: Sociedade Informacional	35
Quadro 2: Hipocidadania versus Hipercidadania	37
Quadro 3: Movimentos Sociais em Rede	48
Tabelas	
Tabela 1: Distribuição dos alunos no universo amostral	12

Índice de Siglas

ONG –Organização Não Governamental
PT – Partido dos Trabalhadores
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
TIC's –Tecnologias da Informação e da Comunicação
TMS –Teorias dos Movimentos Sociais
TNMS –Teorias dos Novos Movimentos Sociais
UnB – Universidade de Brasília

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1: O “Paradoxo Democrático”	14
1.1 O que é o “paradoxo da democracia”? Há uma crise de Representação Política e Participação Política nas democracias contemporâneas?	14
1.2 Falta de confiança nas instituições políticas tradicionais	24
1.3 Percepções e motivações para a Participação Política dos alunos da UnB.....	28
1.4 Desafios para a participação política	32
Capítulo 2: Internet e Política.....	34
2.1 Histórico da internet	34
2.2 Web 2.0 e a noção de <i>hipercidadania</i>	35
2.3 <i>Ciberdemocracia</i>	39
2.4 <i>Ciberativismo</i>	44
Capítulo 3: <i>Jornadas de Junho</i> de 2013	49
Considerações Finais	58
Referências Bibliográficas	63

Introdução

No último trimestre de 2013 foi realizada a pesquisa intitulada *O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da Universidade de Brasília*¹ com o objetivo de investigar suas motivações para participarem ou não da vida política. Buscou-se, ainda, caracterizar os perfis políticos participativos desses estudantes; mapear as instituições nas quais participam e qualificar a intensidade da participação política no ambiente virtual. Tendo como ponto de partida esta pesquisa, o recorte aqui investigado procura entender como a internet pode alavancar novos canais de participação política, avaliando como se dá a participação ou mesmo a mobilização destes alunos no ambiente virtual.

A internet, dessa maneira, configura-se como um desafiador objeto de pesquisa, já que provoca profundas alterações nos estilos de vida contemporâneos e abre espaço para uma abordagem teórica multidisciplinar. O eixo condutor deste trabalho é, então, relacionar a rede virtual com a vida política das sociedades modernas, no sentido de também compreender os desmembramentos de uma nova era digital, onde são contemplados conceitos como a *ciberdemocracia* e o *ciberativismo*. Tem-se em mente, não estabelecer uma relação causal entre internet e participação política, mas desvendar o conteúdo social que está camuflado neste processo, buscando novos *insights*, mesmo que se considere a incapacidade de cobrir todos os possíveis aspectos da temática em um momento de velozes transformações tecnológicas.²

A estratégia metodológica adotada pautou-se na realização de um *survey* com os alunos da graduação da Universidade de Brasília (UnB) a partir da aplicação de questionários compostos por questões abertas e fechadas.³ A seleção dos alunos entrevistados foi calculada a partir da elaboração de uma amostra estratificada, considerando o universo dos alunos da UnB que estavam cursando o sexto semestre ou acima desse período, em seus respectivos cursos de graduação diurnos e que faziam parte das 11 (onze) Faculdades e dos 12 (doze)

¹Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do CNPq (Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) através do financiamento de uma bolsa de iniciação científica – PIBIC/ProIC/UnB. Foi realizada com a valiosa colaboração das parceiras e alunas de graduação Maitra De Biase Dell’ Erba e Jéssica Ferraz Araújo Soares. Agradeço, especialmente, a minha orientadora Débora Messenberg pela condução e supervisão do meu recorte “internet e participação política” neste projeto de pesquisa do edital 2013-2014.

² Ver: KIES, 2010: 5.

³ Os questionários aplicados tiveram como fonte central as seguintes pesquisas: *Juventude e Socialização política- Parlamento Jovem*, Belo Horizonte: UFMG, 2008 e *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, São Paulo: NUPES-USP, Campinas: CESOP-UNICAMP, 2006.

Institutos do Campus Darcy Ribeiro. Foram entrevistados alunos de 44 cursos⁴ distribuídos nas três áreas de conhecimento do ensino superior definidas pelo *Cnpq*. Os questionários foram aplicados presencialmente (35) e virtualmente (59). Para o cálculo da amostra estabeleceu-se um grau de confiança de 95% e um erro máximo aceitável de 10% ($d = 0,10$).

Tabela 1: Distribuição dos alunos no universo amostral

Áreas do Conhecimento ⁵	Total de estudantes	Porcentagem (%)	Total de entrevistas
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	2456	61,2%	58
Ciências Exatas e da Terra e Engenharias	788	19,6%	18
Ciências da Vida	771	19,2%	18
TOTAL	4015	100%	94

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

A definição específica de os alunos cursarem a partir do sexto semestre ou acima, se deu por conta destes já terem podido vivenciar algumas formas de participação na universidade ou pelo menos terem algum contato com diversos acontecimentos políticos durante a graduação. A utilização de questões abertas teve como ideia-força o aprofundamento e ampliação das motivações ressaltadas nas respostas dos estudantes, aliando aspectos metodológicos quantitativos pouco lineares a procedimentos qualitativos.

Por meio das questões abertas deste questionário, evidenciou-se a interpretação de suas motivações para participarem ou não da vida política, a partir dos conteúdos valorativos expressos no discurso desses universitários. Procurou-se, então, dar “voz” aos sujeitos investigados, frisando o sentido subjetivo que os atores sociais dão às suas próprias ações, no sentido de contribuir para ampliar os estudos políticos que restringem sua análise a um viés mais quantitativo. Embora esta abordagem procure descrever o caráter pluralista da sociedade, é importante frisar que talvez ela deixe de considerar, principalmente, os motivos que levam

⁴**Cursos de Ciências da Vida:** Ciências Biológicas, Medicina, Educação Física, Farmácia, Nutrição, Odontologia e Agronomia; **Cursos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:** Psicologia, História, Serviço Social, Geografia, Letras, Ciência Política, Artes Visuais, Artes Cênicas, Desenho Industrial, Música, Relações Internacionais, Sociologia, Biblioteconomia, Museologia, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Administração, Gestão de Políticas Públicas, Economia, Direito, Pedagogia; **Cursos de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias:** Geologia, Geofísica, Matemática, Ciência da Computação, Estatística, Física, Química, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia de Redes, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental e Engenharia Florestal.

⁵ Os nomes das referidas áreas de conhecimento foram extraídas do Portal Online do CNPQ. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/cas/cas.htm#chs> Acesso em: 09 de Setembro de 2013.

os atores a participarem politicamente nas democracias modernas dentro de um contexto de uma sociedade informacional que faz uso intenso das TIC's.

O trabalho está dividido em três seções. Primeiramente, elucida-se uma discussão sobre os motivos que sustentam o paradoxo democrático e as motivações que levaram o grupo de alunos entrevistados a participarem ou não do universo político. No capítulo dois, pontua-se o surgimento da internet e suas reflexões teóricas. Para isso, é ressaltado como novas formas de participação política podem utilizar rede virtual como veículo motor e como os dados empíricos desta pesquisa sugerem esta direção. E, por fim, o capítulo três, ressalta o cruzamento entre o arcabouço teórico sobre as novas formas de ativismo com os dados empíricos coletados na pesquisa sobre as *Jornadas de Junho* de 2013.

Capítulo 1: O “Paradoxo Democrático”

1.1 O que é o “paradoxo da democracia”? Há uma crise de Representação Política e Participação Política nas democracias contemporâneas?

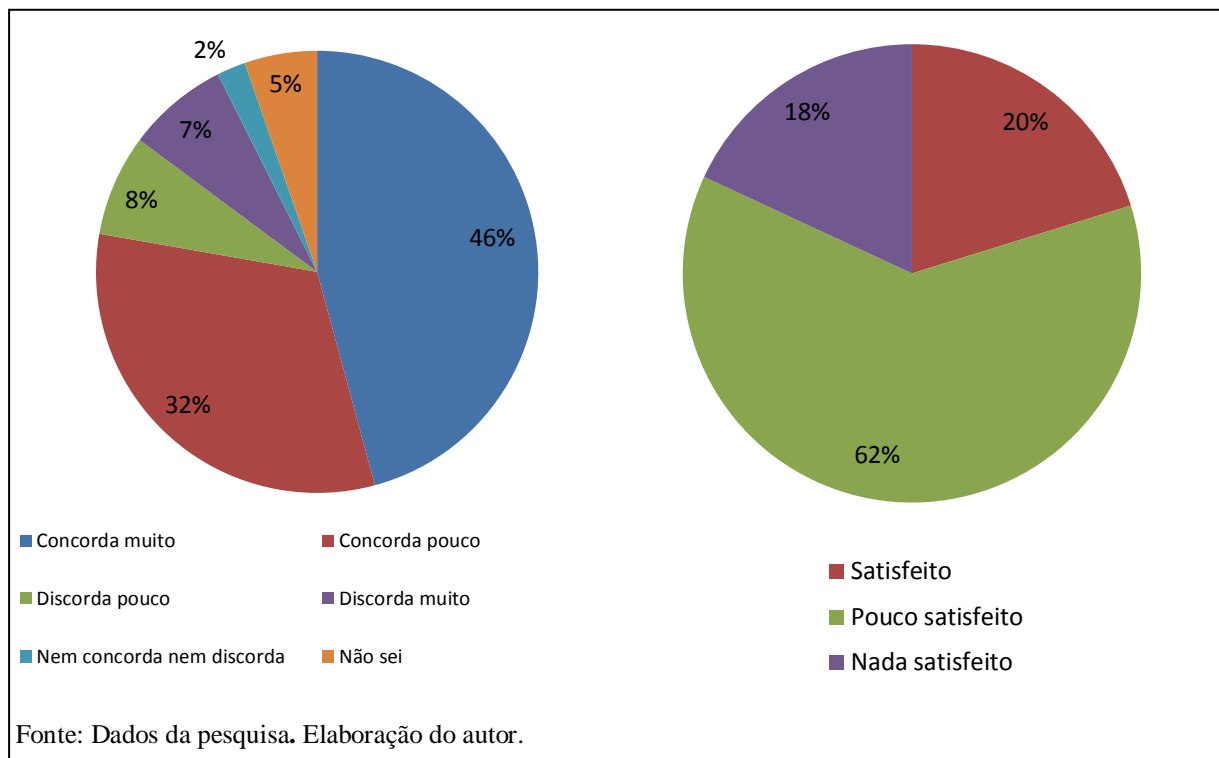
A democracia liberal enquanto sistema político hegemônico vem enfrentando o que Dahl denomina de “paradoxo da democracia”⁶, qual seja: se por um lado há uma firme adesão aos princípios democráticos nos diversos países do globo, por outro lado, verifica-se uma degeneração das instituições políticas tradicionais concomitante a uma baixa participação popular. Elucidar as possíveis explicações sociológicas para esse paradoxo em um contexto de crise de representação política e participação política do mundo atual é o ponto de partida deste trabalho.

Dahl (2000) constata que a maioria dos cidadãos acredita na ideia de que a democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo, fato confirmado pela respostas dos entrevistados: embora 79,8% dos alunos estejam “pouco ou nada satisfeitos” com o funcionamento da democracia no país, 78% deles concordam que ela é ainda a “melhor forma de governo”. Para uma consciência de que as instituições tradicionais privilegiam interesses especiais e concedem poucos espaços para a participação dos cidadãos comuns, mesmo que haja uma firme adesão aos princípios democráticos.

⁶ Ver: DAHL (2000). Ver também: MIGUEL (2003; 2011); MOISÉS (2005; 2010); GIDDENS (2005).

Gráfico 1: Você concorda com a afirmação: a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo?

Gráfico 2: Qual o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia no país?



Cabe destacar, então, que a queda de confiança nas instituições tradicionais da política não foi acompanhada pelo declínio de preferências ao sistema democrático. Segundo Dahl, diversos países mundo afora continuam a expressar altos índices favoráveis à manutenção das democracias. Embora a maioria dos cidadãos dos países democráticos não veja a participação como algo gratificante nem como algo urgente, eles podem, assim mesmo, estarem insatisfeitos com o funcionamento de seus governos. O autor ainda ressalta que os *surveys* realizados nestes países mostram que a maioria dos cidadãos reconhece os direitos e oportunidades do sistema democrático, mesmo que não optem por exercê-los com muita frequência.

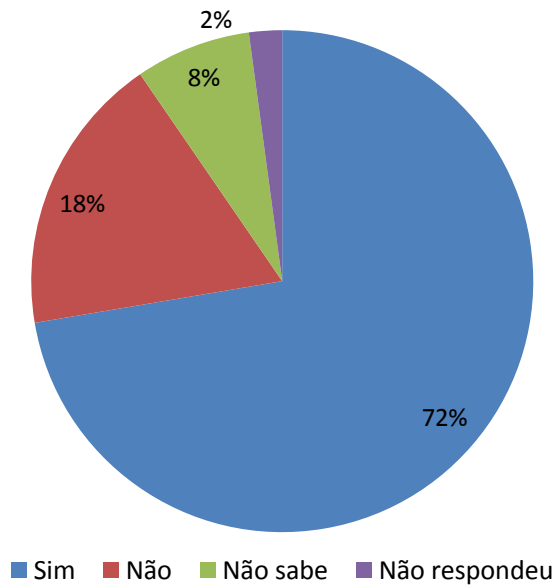
Dahl (2012) ainda cunhou a expressão “poliarquia” para se referir a um conjunto de instituições políticas que sejam capazes de distinguir a democracia representativa moderna de todos os outros sistemas políticos. Para ele, a “poliarquia” ainda se encontra em fase de adaptação, e busca, ao fim e ao cabo, uma cidadania extensiva capaz de aliar a inclusão via participação democrática e a possibilidade de se opor e remover os funcionários do governo,

ou mesmo, retirá-los de seu cargo pelo voto. A seu ver, este sistema de governo é necessário para a existência da democracia, uma vez que há uma pluralidade de grupos na disputa pelo poder.

Ressaltam-se, em geral, três acepções do conceito de representação. A primeira, como observa Cotta (1994), envolve o entendimento de representação enquanto uma ação que encerra uma “relação de delegação”. Nessa perspectiva, cuja origem segundo o autor, remonta à era medieval, concebe-se o representante como um agente sem grande capacidade de iniciativa e com estreita margem de autonomia perante as instituições às quais os representados lhe concedem atuar. A segunda acepção recobre uma interpretação do ato de representar politicamente com uma “relação de confiança”. Nesta, o representante apresenta maior autonomia de decisão, embora predomine a suposição de que seus atos sejam orientados por uma percepção acurada dos interesses de seus representados. Por último, há o entendimento que vincula o conceito de representação à noção de “espelho”. Nesta análise, o foco central da representação política recai mais diretamente sobre um ambicionado isomorfismo de características e atos entre representantes e representados.

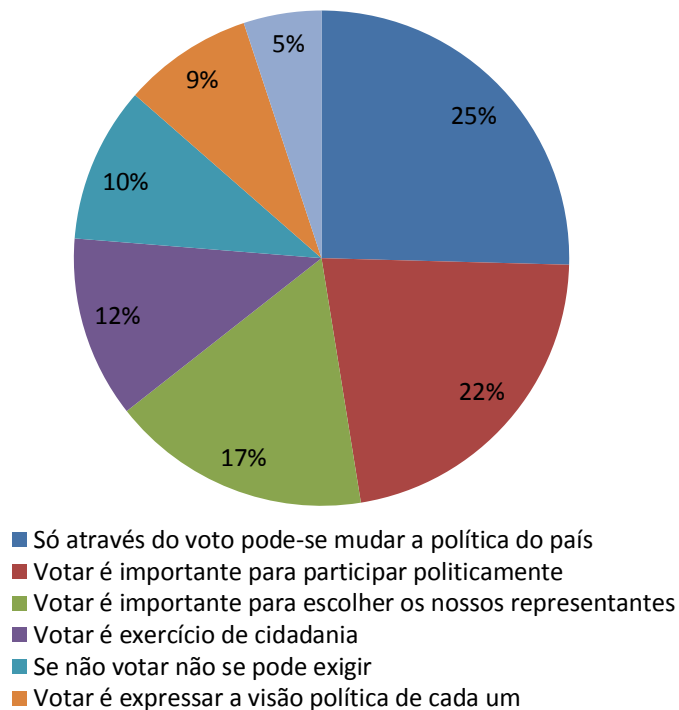
Outro elemento-chave para recobrir o conceito de representação política alude diretamente ao mecanismo eleitoral. Com efeito, esse instrumento síntese da política ocidental moderna constitui-se num dos eixos centrais do fenômeno de representação, tendo em vista que as eleições livres e competitivas se afirmam por meio de organismos políticos fundamentais, principalmente os Parlamentos. À título de ilustração, a grande maioria dos alunos (72 %) não deixariam de votar, mesmo que o voto fosse obrigatório e apresentaram justificativas, tais como: reconhecimento do voto como instrumento para a mudança social (25%), de participação (22%), de escolha de representantes (17%) e exercício da cidadania (12%). Além disso, 71% dos entrevistados “concordam” que seu voto permite influenciar nos acontecimentos do país.

Gráfico 3: Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Gráfico 4: Se o voto não fosse obrigatório, por que votaria assim mesmo?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Autores como Hanna Pitikin (2006), Nadia Urbinati (2006), Iris Young (2006), Bernard Manin (2006) tratam sobre a complexidade da representação moderna, no sentido de retratarem que a sociedade globalizada está vivenciando um tempo de mutações em que a prática dos governos democráticos já não mais se adéqua plenamente aos modelos ideais correntes. Trata-se de investigar existência de processos de diversificação do lócus de representação e de pluralização dos atores, cuja compreensão global requer uma revisão e redefinição dos pressupostos que alicerçam a tradicional representação política.

Pitikin (2006) centra seu pensamento na representação simbólica de valores ou entidades alegóricas e por forças abstratas da unidade do corpo político que fora muito tardiamente substituída pela ideia de representação de indivíduos e interesses particulares, caracterizada pelo viés de tradição liberal. A autora ressalta o perigo de o mecanismo representativo excluir a maioria da população das benesses políticas, além de suas reflexões direcionarem para a efetivação de uma democracia participativa direta, no sentido de superar o velho ideal de que os interesses privados ou os auto-interesses se traduzam em propostas para o bem comum.

Urbinati (2006) defende a representação como uma instituição democrática, ao passo que muitos estudos pormenorizam sua aceção em detrimento da democracia direta. Embora o mote central do governo representativo tenha sido criado ainda no século XVIII, a autora centra sua argumentação ao expor que a representação “é um processo circular (suscetível ao atrito) entre as instituições estatais e as práticas sociais” (URBINATI, 2006: 192), ao mesmo tempo em que passa por um processo constante de recriação e aprimoramento.

É o esquema representativo aquele capaz de ligar de forma dinâmica sociedade e instituições ao garantir as circularidades do processo político criadas pelos próprios atores – o eleitorado e o representante. Em suma, na análise urbinatiana, “uma política representacional concebe a sociedade democrática como uma malha intrincada de significados e interpretações das crenças e opiniões dos cidadãos a respeito de quais são seus interesses” (URBINATI, 2006: 210), mesmo reconhecendo que os desejos e anseios da população jamais serão representados de forma fidedigna pelos representantes.

Young (2006) argumenta que as práticas representativas podem servir como instrumentos úteis para a inclusão política. Na sua aceção, a representação não está ligada diretamente a um enfraquecimento da participação inclusiva, ou seja, “representação e participação se requerem uma à outra para que haja uma política plenamente democrática”.

(YOUNG, 2006: 143) E chama atenção para aqueles estudos que tendem de forma errônea, opor representação à participação.

A autora parte em defesa do sistema representativo ao expor que nenhum indivíduo tem a capacidade de estar em presente em todos os processos deliberativos, uma vez que são altamente dispersos e bastante numerosos, por isso, a representação torna-se cada vez mais necessária em um quadro de relações sociais modernas e difusas, que não dão conta de acompanhar todas as decisões governamentais tomadas em um *lôcus* específico. Embora destaque a dificuldade de os representantes políticos corresponderem ao amplo e versátil leque de interesses, opiniões, formações e crenças do eleitorado, Young coloca que a representação política deve ser tratada como uma “relação mediada dos eleitores entre si e com o representante” (YOUNG, 2006: 143), reconhecendo as diferenças e a separação que existe entre eleitor e representantes eleitos. Em resumo, um dos maiores problemas nas democracias modernas é pensar alternativas de manter o representante conectado aos seus eleitores, bem como o eleitorado estar conectado entre seus pares, pois a relação entre representantes e representados vem se rompendo facilmente e mostrando dificuldade de se manter uma relação mais firme e promissora em tempos de globalização da vida social.

Manin (1995) vai além da constatação persuasiva da representação e abre um horizonte amplo de exploração ao admitir que as eleições não sejam o único mecanismo em condições de promover representação, caminhando para outras feições institucionais do sistema político. Na concepção do autor, uma vez que os cidadãos elegem seus representantes, não há dispositivos institucionais que os forcem a cumprir suas promessas, além de a prestação de contas não ser suficiente para induzir a representação quando os eleitores têm informações incompletas.

O que ocorre hoje em muitos países, segundo Manin, é uma metamorfose da representação que implica um desarranjo na organização e estruturação do modelo representativo e, como consequência, há que se repensar seus elementos fundantes. Configura-se um cenário, na acepção do autor, em que:

O eleitorado tende a votar de modo diferente de uma eleição para a outra, e as pesquisas de opinião revelam que tem aumentado o número de eleitores que não se identificam com partido algum... A eleição de representantes já não parece um meio pelo qual os cidadãos indicam as políticas que desejam ver executadas. Por último, a arena política vem sendo progressivamente dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam. Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelham a seus eleitores. O abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, parece estar aumentando. (MANIN, 1995: 5-6)

Já a participação política é comumente analisada, conforme postula Borba (2012), a partir de comportamentos participativos ocorridos sob a forma de um *continuum*, em termos de custos e complexidade (funciona como uma participação via um receituário de atividades).

Segundo Giacomo Sani, existem pelos menos três formas de participação:

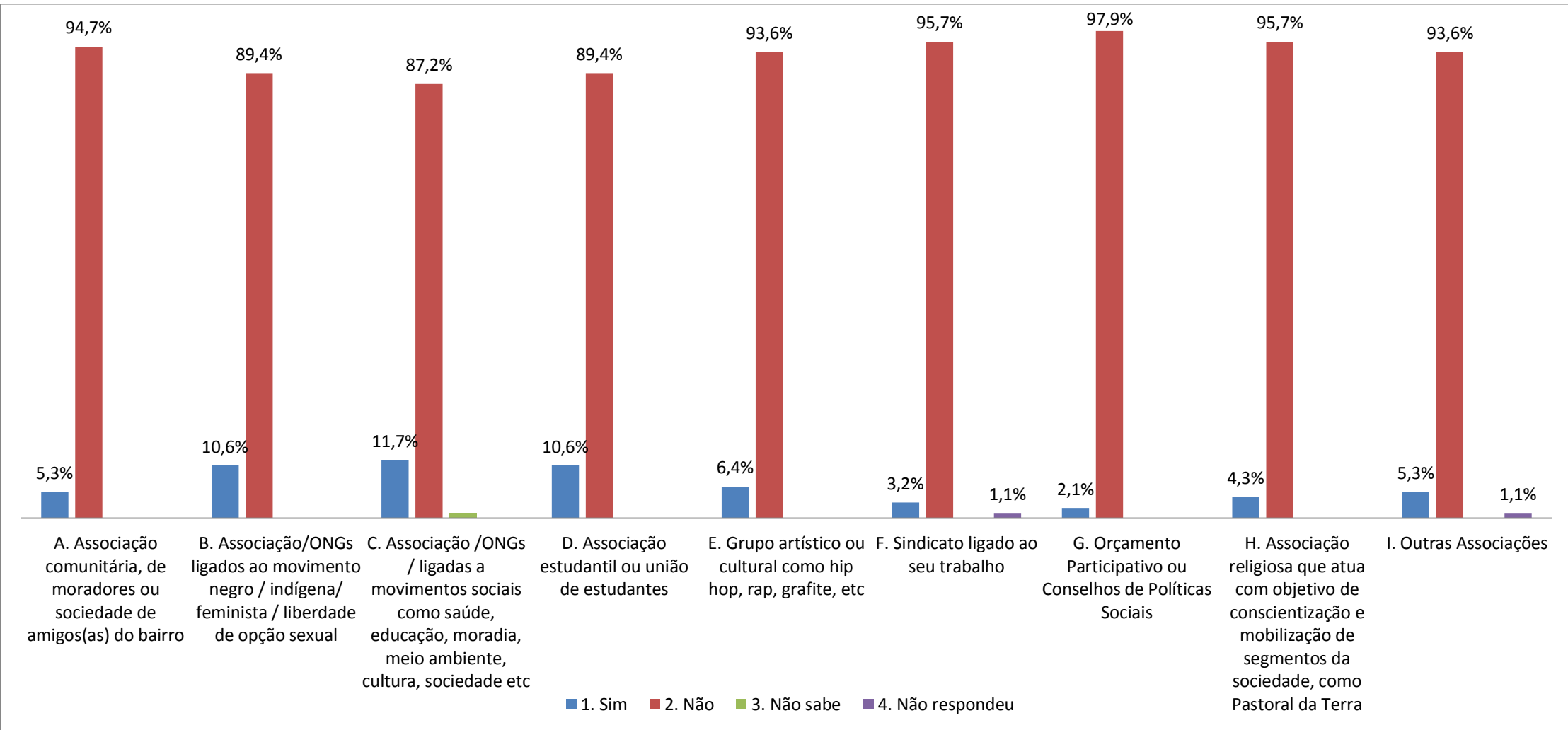
A primeira forma, que poderíamos designar com o termo de *presença*, é a forma menos intensa e mais marginal de participação política; trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas, etc., situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal. A segunda forma poderíamos designá-la com o termo *ativação*: aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover. Isto acontece quando se faz obra de proselitismo, quando há um envolvimento em campanhas eleitorais, quando se difunde a imprensa do partido, quando se participa em manifestações de protesto, etc. O termo *participação*, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Esta contribuição, ao menos no que respeita à maior parte dos cidadãos, só poderá ser dada de forma direta em contextos políticos muito restritos; na maioria dos casos, a contribuição é indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, isto é, do pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar as alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade. É evidente que a participação política em sentido estrito só se pode dar com um número bastante reduzido de pessoas, naqueles sistemas políticos, ou organismos, que não têm um caráter competitivo e que utilizam mecanismos eleitorais, se os utilizam, para fins bem diversos. (SANI, 1999: 888-889)

Os estudos sobre participação focam, geralmente, no mapeamento de quem são os indivíduos que participam das formas tradicionais da política, onde participam e a intensidade de suas modalidades participativas, mas poucos esclarecem sobre os interesses e motivações que se fundam nas escolhas e expectativas dos indivíduos. Os resultados desses estudos indicam que, embora os cidadãos ressaltem suas preferências sobre as políticas do governo, eles geralmente não são capazes de determinar os efeitos políticos de forma direta, o que sugere, contudo, apenas um valor descritivo querendo a tratar as formas de participação na democracia como um “pacote de regras” a ser seguido.

A participação política em atividades diversas, sobretudo via canais institucionalizados, expressa baixos níveis de adesão dos alunos entrevistados. Embora 88,30% dos estudantes “concordam muito” que a participação política dos cidadãos é necessária para a democracia no país, os dados da pesquisa revelam a baixíssima participação dos universitários na vida política. Mais de 87% (gráfico 5) deles “não participam” de nenhuma associação, nem é membro de algum conselho, sindicato ou movimento social. Da mesma forma, 95,8% dos universitários “nunca” ou “quase nunca” trabalharam para um candidato ou partido político, 89,4% “nunca” ou “quase nunca” participaram de Conselhos Locais ou de Orçamentos Participativos, 75,5% “nunca” ou “quase nunca” participaram de reuniões, associações ou de

comunidades para tentar resolver problemas de sua cidade ou de seu bairro, sequer participaram em algum movimento ou causa social mais ampla (56,3 %). No entanto, a discussão acerca da política faz parte do cotidiano da maioria, já que 57,30% admitem que “muito frequentemente”, “frequentemente” ou “às vezes” as pessoas pedem sua opinião sobre a política. Além disso, 51% dos entrevistados admitem que “muito frequentemente” ou “frequentemente” conversam sobre política com os amigos.

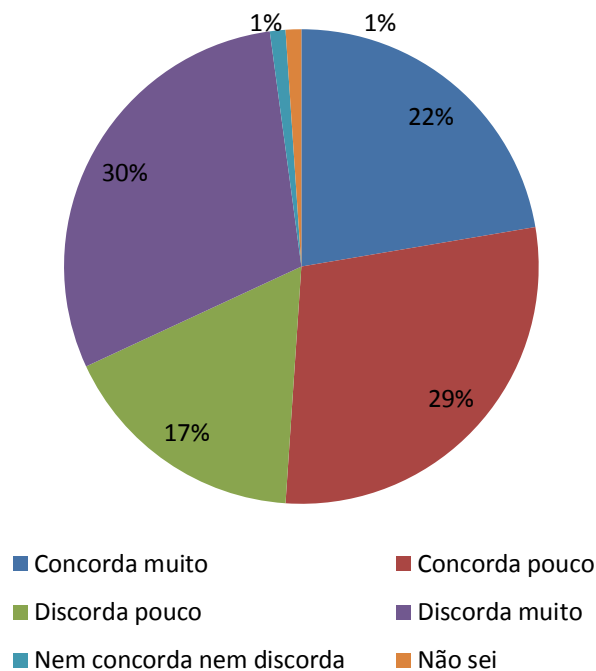
Gráfico 5: Membro associado ou participante



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Nogueira (2014) ressalta que a crise não é “da” representação ou participação e, sim, “na” representação e participação. Segundo o autor, um dos maiores problemas é que o “debate público é tecnicizado, tornando-se cifrado, tedioso, incompreensível para a maioria das pessoas” (NOGUEIRA, 2014: 99), o que se verificou também na pesquisa, quando 51 % dos entrevistados concordam que política e governo parecem excessivamente complicados para que as pessoas possam realmente entender o que está acontecendo.

Gráfico 6: A política e o governo parecem tão complicados?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Tendo em vista a polêmica acerca do “paradoxo democrático”, a discussão parece caminhar para estudos que problematizem o processo político de forma transcendente aos momentos eleitorais e aos loci formais de tomada de decisão. Segundo Nogueira (2014), as sociedades plurais, fragmentadas e velozes características da globalização em larga escala, passam por um momento de redefinição, ou seja, precisam ser plenamente reabilitadas de modo que os cidadãos sejam repolitizados e postos no coração Estado.

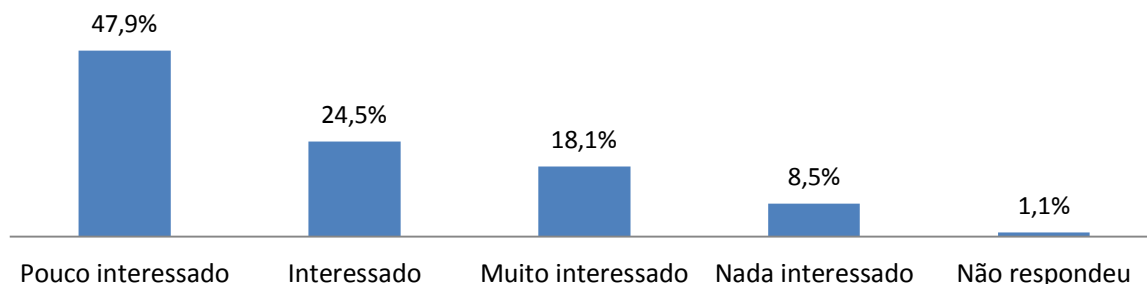
1.2 Falta de confiança nas instituições políticas tradicionais

Vigora, no mundo ocidental, particularmente, um cenário de impasse e paralisia nas instituições clássicas, como Parlamento, Partidos e Sindicatos (instituições do *establishment*) cuja ruptura do vínculo entre a vontade dessas instituições tradicionais de representação com a vontade geral dos cidadãos tem se mostrado como pano de fundo das democracias modernas mundo afora.

Na pesquisa realizada, constatou-se o baixo grau de confiança e descrédito em relação ao sistema político brasileiro e à própria sociedade. Cerca de 40% dos entrevistados acreditam que a democracia pode funcionar sem o Congresso Nacional, 94,7% não confiam que os impostos pagos serão bem gastos pelo Estado e 70,2% ressaltam que os funcionários do governo não se preocupam muito com aquilo que eles pensam. Possuem baixíssima confiança na grande maioria das instituições públicas e privadas: 64,7% tem pouca ou nenhuma confiança na Polícia, 74,5% tem pouca ou nenhuma confiança no Congresso Nacional, 87,2% tem pouca ou nenhuma confiança nos Partidos Políticos, 62,8% tem pouca ou nenhuma confiança nos Sindicatos, 74,5% tem pouca ou nenhuma confiança nos Empresários, 58,5% tem pouca ou nenhuma confiança no Governo Federal, 65,9% tem pouca ou nenhuma confiança na Câmara Legislativa do DF.

É necessário, por isso, repensar o processo de funcionamento do poder político frente às constantes transformações expostas pela globalização no século XXI, reconhecendo que os indivíduos por não confiarem nas tradicionais formas de fazer política, não se identificam plenamente com o atual quadro institucional. Os índices de participação nas eleições em países com mais longa tradição democrática também vem declinando nas últimas décadas, assim como as filiações às principais instituições representativas. Como exemplo, foi diagnosticado que 47,9% dos entrevistados admitiram ter “pouco interesse” nas eleições de 2014, conforme atesta o gráfico 7.

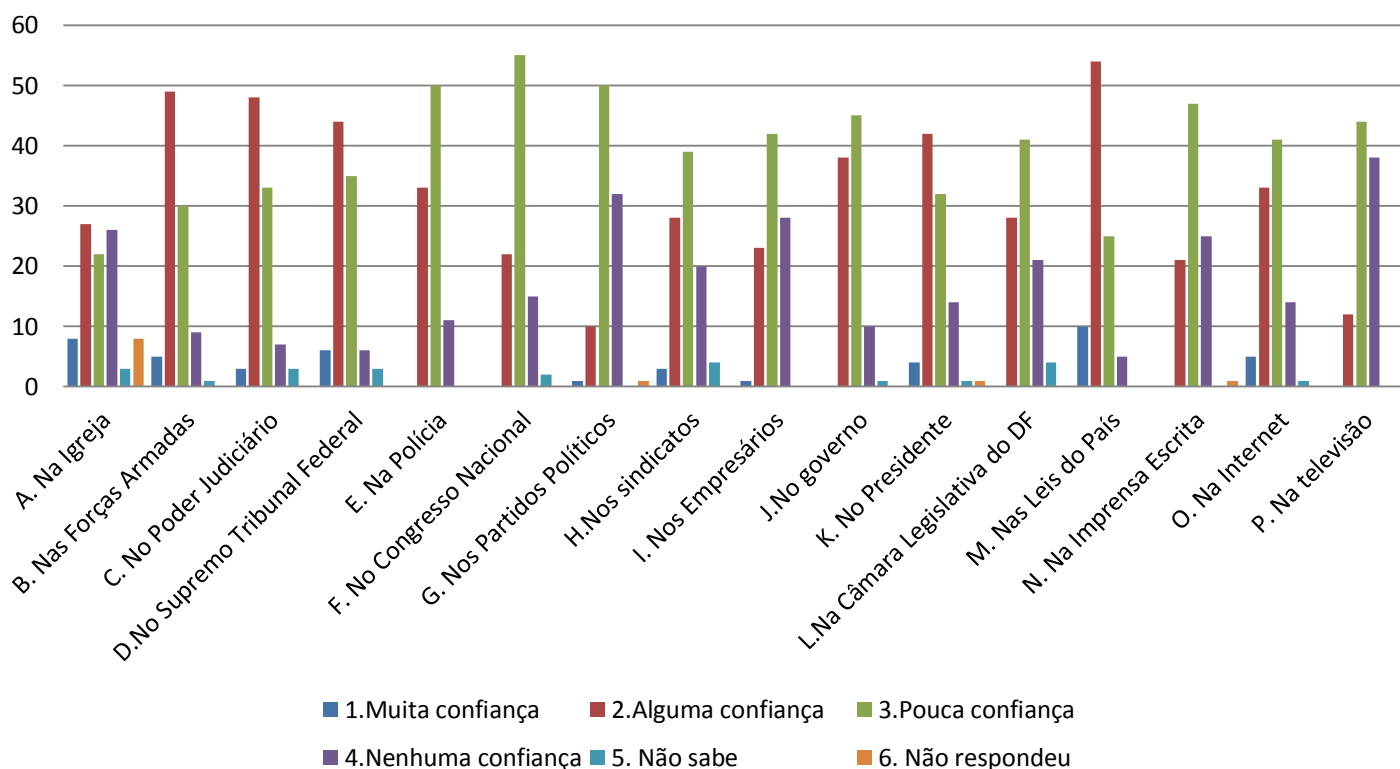
Gráfico 7: Qual o interesse em relação às eleições de 2014?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Da mesma forma, muitos desses universitários não acreditam nas instituições tradicionais: 74,5% têm “pouca ou nenhuma confiança” no Congresso Nacional, 87,2% tem “pouca ou nenhuma confiança” nos Partidos Políticos e 62,8% dos estudantes entrevistados têm “pouca ou nenhuma confiança” nos Sindicatos.

Gráfico 8: Grau de Confiança nas Instituições



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Bauman (2000) observa que enquanto o capital flui livremente, a política permanece em um nível local. Como avaliar um novo tempo em que as redes de interação social expandem-se para fora das unidades políticas territorialmente definidas pela organização do Estado

Moderno? A partir desse questionamento, percebe-se a formação de um vácuo ou mesmo um *gap* na capacidade comunicativa entre o Estado e os cidadãos.

De um lado, o poder político continua em uma esfera local, de outro, os cidadãos acumulam não só uma insatisfação generalizada justificada pela separação entre governantes e governados, como também pouca vontade de se engajarem em um sistema político que carece de “ferramentas comunicacionais” comuns ao cotidiano destes indivíduos. O poder político no âmbito local concentra as decisões em um pequeno grupo de parlamentares e se especializa de forma funcional intensa, distanciando ainda mais a população da vida pública.

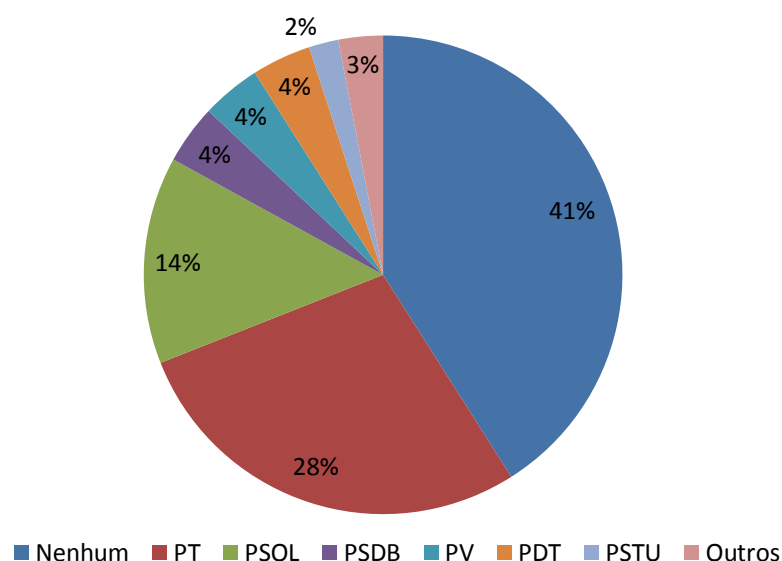
Nogueira (2013) ressalta que “no Parlamento, as elites políticas fecharam o sistema, fazendo com que ele ficasse mais corporativo e menos refratário às mudanças da sociedade, menos propenso, portanto, a ações reformadoras”. (NOGUEIRA, 2013: 33) Torna-se, assim, um ambiente político “tóxico” em que as oportunidades de participação estão centralizadas em moldes tradicionais que não abarcam a velocidade dos fluxos de informações que são disseminados entre os cidadãos, o que contribui para “contaminar” suas vontades em participar da vida política.⁷ Daí, o problema de esgotar a participação do indivíduo somente no período eleitoral.

Os partidos também não são admirados pelos cidadãos. Eles parecem nem controlar suas bancadas nem serem capazes de selecionar lideranças plausíveis. Apresentam propostas oportunistas e pouco densas ao eleitorado, dando-lhes reduzidas margens de escolha. Em verdade, muitos dos entrevistados destacaram a falta de credibilidade dos programas partidários como um forte motivo para os afastarem de uma participação política mais efetiva. O sistema criado pelos partidos políticos “não contribuiu para transferir maior politicidade à sociedade civil.” (NOGUEIRA, 2013: 21)

Aproximadamente 41% dos entrevistados não se identificaram com nenhum partido político e mesmo aqueles que admitiram ter simpatia por algum, não resultou em um registro de filiação. Em contrapartida, destaca-se a preferência entre os universitários pelos partidos de esquerda ou centro-esquerda brasileiros. Somente o PT (28%) e o PSOL (14%) são os que apresentam percentuais relevantes em termos de identificação entre os universitários.

⁷ Entretanto, a partir dos dados coletados, há um forte indício do surgimento de novas formas de ativismo *online* que buscam ampliar e inovar as formas tradicionais de participação política. Tratar-se-á, dessa questão, no capítulo 3.

Gráfico 9: Qual dos partidos políticos existentes no Brasil você mais se identifica?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Para Moisés (2010), ainda neste quadro de descrédito, a desconfiança generalizada, crescente e longamente duradoura nas instituições políticas, ainda que não coloque em questão a existência da democracia no curto prazo, sinaliza a percepção negativa dos cidadãos quanto à capacidade das instituições públicas de operar seus meios ao realizar as políticas públicas. A desconfiança é, portanto, fruto de reações críticas a crises, escândalos e, principalmente, à deterioração do padrão de funcionamento das instituições, conforme vem se percebendo na queda das seguintes taxas nas democracias modernas: identificação partidária, comparecimento em eleições, mobilização dos eleitores por partidos e interesse pela política. Em verdade, a confiança no senso comum é tida uma crença interpessoal com as pessoas com que o indivíduo convive e interage. Segundo Moisés,

Nas Ciências Sociais, o interesse pela confiança está associado à preocupação com os processos informais através dos quais as pessoas enfrentam incertezas e imprevisibilidades decorrentes da crescente complexificação da vida que caracteriza o mundo globalizado, interdependente e crescentemente condicionado por avanços tecnológicos. Essa situação implica em conhecimento limitado sobre os processos de tomadas de decisões coletivas e as ações de governos que afetam a vida das pessoas. (MOISÉS, 2005: 82-83)

Moisés (2010), ainda ressalta que o fato de as pessoas não confiarem umas nas outras desfavorece o surgimento de virtudes cívicas, comprometendo a capacidade dos grupos envolvidos de obter benefícios comuns desejados. O autor conclui que uma cultura de

confiança, a partir de graus razoáveis para seu funcionamento, é indispensável para a manutenção das instituições democráticas. E, por isso, a confiança política “depende das instituições estarem estruturadas para permitir que os cidadãos conheçam, recorram ou interpelem os seus fins últimos – fins aceitos por eles” (MOISÉS, 2005: 87)

1.3 Percepções e motivações para a Participação Política dos alunos da UnB

A pesquisa foi desenvolvida sob uma estratégia de pesquisa multimétodos, combinando procedimentos de natureza quantitativa àqueles de cunho mais qualitativo. As “pesquisas *quali* são percebidas como adequadas a uma abordagem em que o foco do trabalho recai sobre a investigação do ponto de vista subjetivo dos indivíduos e suas formas de interpretação do meio social onde estão inseridos” (KIRSCHBAUM, 2013: 181)

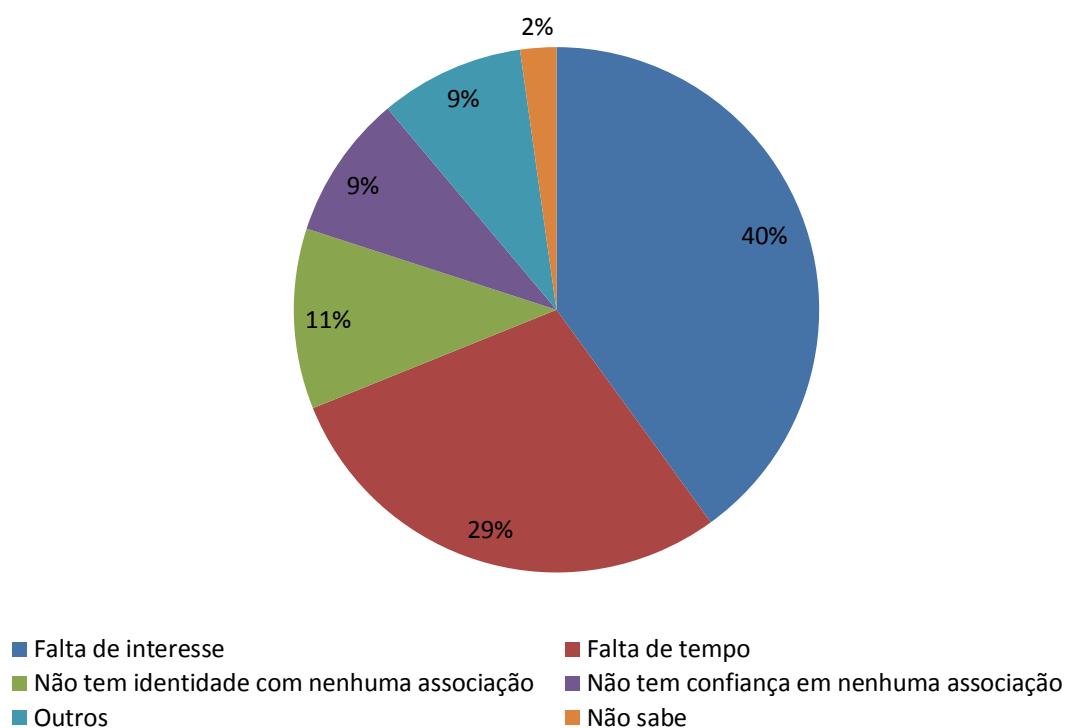
A aplicação dos questionários em profundidade consistiu em reconstituir e reagregar, da maneira mais completa o espaço crítico dentro do qual foi proporcionado para com os alunos entrevistados. Em vez de definir e tentar explicar os atores por meio de atributos estáveis, foi colocado em evidência de que modo “os atores elaboram discursos sobre sua própria ação” (BOLTANSKI, 2000: 55). A proposta metodológica adotada esteve preocupada em explicar a motivação subjetiva dos atores envolvidos no exercício da participação política e buscou-se desenvolver um modelo analítico capaz de construir como objeto de análise, as formas de participação realizadas pelos alunos. Pretendeu-se, a partir dessa ideia, formular uma interpretação original da motivação subjetiva que leva o indivíduo a participar ou não da vida política, onde se encara a complexidade do mundo no qual os atores estão inseridos.⁸

Vale ressaltar que a formulação de questões abertas no questionário teve como ideia-força o aprofundamento e ampliação das motivações ressaltadas nas respostas dos indivíduos a serem entrevistados. Evidenciou-se a interpretação de suas motivações para participarem da vida política, a partir dos conteúdos valorativos expressos no discurso dos entrevistados. Imagina-se que os indivíduos, mesmo limitados e norteados por valores e interesses que condicionam e possibilitam a sua decisão de participar, sejam capazes de identificar e determinar razões para sua participação. Consideram-se, então, “as análises culturalistas que se expressam no conjunto de orientações subjetivas da ação política dos cidadãos.” (MESSENBURG, 2009: 19)

⁸ Ver: (BOLTANSKI, 2000: 53); (LATOURE, 2012: 31).

Direcionando a discussão para os dados coletados, quando confrontados sobre o porquê de não participarem ativamente em instituições políticas formais, salientaram como principais motivos: pouco interesse no exercício da política institucional (40%), reduzida identificação para com tais instituições (11%) e falta de priorização de seu tempo em tais atividades (29%).

Gráfico 10: Por que não participa politicamente?



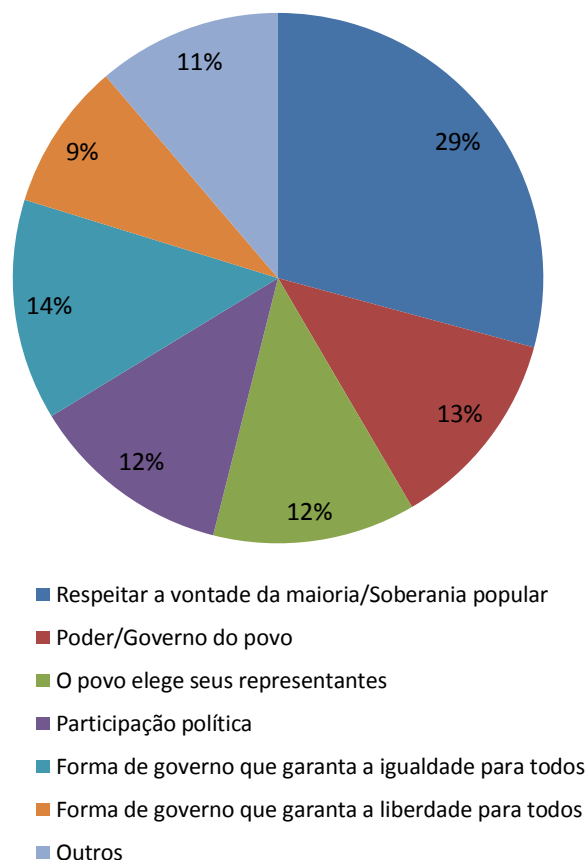
Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

As definições amplamente difundidas acerca do conceito de democracia também são reconhecidas pelos estudantes, como: respeito à vontade da maioria (29%) e poder ou soberania do povo (13%). Bobbio (1994) salienta que:

Na teoria contemporânea da Democracia confluem três grandes tradições do pensamento político: a) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos; b) a teoria medieval, de origem romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; c) a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado Moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas

históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de república. (BOBBIO, 2014: 319-320)

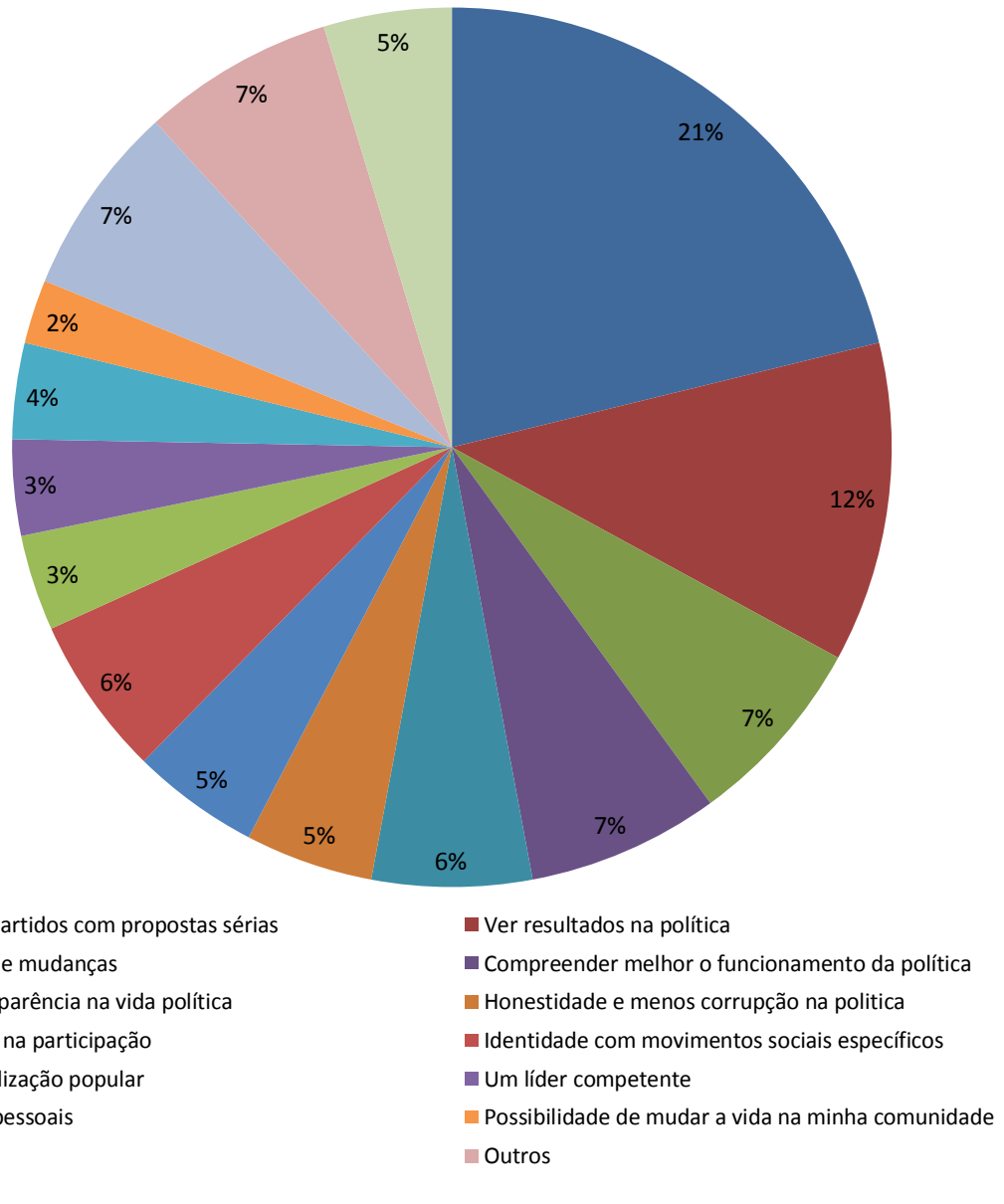
Gráfico 11: O que é Democracia para você?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

A questão central do questionário na pesquisa realizada postulava: o que levaria estes jovens a participar politicamente? Tomando como referência suas respostas, observa-se que mudanças em termos da qualidade, efetividade e transparência das ações políticas nacionais são quesitos fundamentais para estimulá-los a participar do universo político, a saber: políticos e partidos com propostas sérias corresponderam a 21% das respostas coletadas, ver resultados na política (12%), esperança de mudanças (7%), compreensão do sistema político, (7%) maior transparência (6%) e menos corrupção (5%) também foram apontados de forma mais significativa.

Gráfico 12: Motivações para participação política



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Infer-se que a falta de credibilidade na condução da política nacional aliada ao sentimento de indignação frente à forma pouco transparente, e muitas vezes corrupta, com o trato da coisa pública no Brasil são certamente motivos centrais que afastam estes jovens do universo político.

1.4 Desafios para a participação política

As democracias modernas são marcadas, sobretudo, pela rapidez na expansão das TIC's concomitante a uma globalização da vida social. O avanço dessa forma de governo, nesse sentido, é diretamente afetado por essa expansão, em particular a internet, que, de um lado, permite tanto a comunicação direta entre os indivíduos quanto à organização em grupos de interesse por meio de fluxos interativos, de outro, dificulta a realização de ações autoritárias governamentais em termos de controle de informação.

O cenário de perda de legitimidade das instituições políticas tradicionais corroborado pelos dados da pesquisa revela a baixíssima participação dos universitários na vida política. No entanto, as formas de ativismo digital parecem apontar para novas possibilidades de participação e mobilização políticas, tendo em vista que a utilização da rede virtual como ferramenta tecnológica sinaliza, neste contexto, reconfigurações das modalidades tradicionais no âmbito da participação.

Um dos grandes desafios para a agenda atual da literatura é investigar o uso político da internet nas novas formas de ativismo, sem restringir a participação a um receituário de ações tradicionais. As atuais formas de funcionamento das instituições clássicas não favorecem a formação de um ambiente dinâmico e interativo capaz de desenvolver processos políticos mais aglutinadores no sentido de atender às demandas da população.

Se os cidadãos fazem o uso de ferramentas comunicativas do século XXI em seu cotidiano, o governo ainda utiliza ferramentas do século XX para ouvir e processos do século XIX para responder.⁹ Há um verdadeiro “descompasso” entre uma sociedade civil que pleiteia por repostas rápidas e eficientes, ao mesmo tempo em que, os canais utilizados pela política não acompanham as demandas requeridas, a saber: de um lado, as instituições tradicionais ficam cerceadas e sobrecarregadas por demandas dos representados, de outro, vislumbra-se uma repolitização da política, sugerindo novos fóruns *on-line*, novas modalidades de gestão e deliberação que sejam capazes de redundar em uma ampla participação social na esfera de decisões do governo. São criados, neste sentido, espaços virtuais democráticos que não só ampliamos fluxos de informações e viabilizam debates de diversas temáticas, como

⁹<http://personaldemocracy.com/catherine-bracy>. Acesso: 09 de dezembro de 2013. Bracy é ex-diretora de tecnologia da campanha política de Barack Obama.

também sugerem uma articulação da sociedade civil com a agenda das ações políticas governamentais.¹⁰

Tem-se em mente, que o debate acerca das possibilidades democráticas da internet foi intensificado, já que as TIC's ocupam posição central dentro dos processos sociais ao vislumbrar novas práticas participativas como mecanismos democráticos. A investigação deste trabalho, contudo, não pretende estabelecer uma relação causal entre internet e participação política, mas desvendar o conteúdo social que envolve este processo. Em suma, “a internet não promove automaticamente a participação política e nem sustenta a democracia; é preciso, antes, olhar tanto para as motivações dos sujeitos quanto para os usos que eles fazem dela, em contextos específicos.” (MAIA, 2011: 69)

¹⁰ Ver: (PENTEADO et al: 2014, 209). Os autores mostram como o “RNSP (Rede Nossa São Paulo) se apropria de ferramentas interativas e colaborativas da internet para incentivar uma maior participação popular em suas ações políticas”.

Capítulo 2: Internet e Política

2.1 Histórico da internet

A Internet surge na metade da década de 1990 como um sistema de comunicação flexível e descentralizado. Castells (2003) destrincha seu histórico desde a formação da “Arpanet” no final de 1960, mostrando que ela tem origem no projeto do Departamento de Defesa norte-americano que, com o objetivo de superar a tecnologia soviética, criou, em 1958, a Advanced Research Projects Agency (ARPA) para desenvolver uma rede interativa de computadores.

Em suma, apresenta-se como um sistema global de redes de computadores interconectados, que compartilha um protocolo comum.¹¹ Sua arquitetura aberta proporciona a cooperação dos usuários e exprime um poderoso meio simbólico transnacional de troca de informações e de comunicação interativa. Assim, a flexibilidade, liberdade, comodidade e rapidez são valores caros ao seu desenvolvimento.

Em tempos de globalização e tecnoglobalismo, Castells (2003) pontua que a internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação e destaca três importantes fatores condicionantes ao seu desenvolvimento: a flexibilização administrativa e mundialização do capital exigidos por uma economia globalizada; a supremacia dos valores individuais e da comunicação aberta e, sobretudo, a revolução microeletrônica que permitiu avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações. Sob essas condições, “o advento da internet tornou-se a alavanca na transição para uma nova sociedade, a chamada sociedade em rede.” (CASTELLS, 2003: 8)

Segundo Castells (1999), a sociedade em rede promove uma profunda reestruturação do capitalismo concomitante a uma mudança cultural no sentido de redefinir as relações sociais e redefinir o papel das instituições. O que agrega valor na sociedade informacional, nesta lógica, não é mais a terra ou as fontes de energia, e sim a informação. E o poder, nesta

¹¹ Ribeiro (1996) ressalta o poder de descentralização da rede: “A rede eletrônica, onde a fragmentação é parte constitutiva da sua arquitetura e engenharia, viabiliza um convívio mais fácil com representações das identidades coletivas e individuais enquanto fluxos multifacetados disseminados em redes sem amarras territoriais e culturais.” (RIBEIRO, 1996: 284)

perspectiva, é multidimensional ao refratar-se em redes programadas que são decisivas na construção da informação.

No mundo globalizado, a sociedade tende a se afirmar como uma rede. Esta é conjunto de “nós” conectados que dependem do tipo de redes concretas. Em suma, são estruturas altamente capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos “nós” desde que realizem comunicação dentro da rede, compartilhando os mesmos códigos no fluxo existente. Na análise do autor, o espaço de lugares deu lugar ao espaço de fluxos e o tempo cronológico deu lugar ao tempo intemporal.

Quadro 1: Sociedade Informacional

Espaço de lugares	Tempo cronológico
As atividades produtivas concentravam em um só lugar e tinha fluxos unidirecionais.	O tempo é linear, irreversível, mensurável e previsível.
Espaço de fluxos	Tempo intemporal
<p>O espaço de lugares é suplantado por organizações materiais das práticas sociais compartilhadas em um tempo que funcionam por meio de fluxos.</p> <p>Os modelos, atores e locais, por meio da revolução tecnológica, operam em diversos níveis, onde se verifica um intenso compartilhamento de informações que torna os fluxos comunicacionais mais fluidos e dinâmicos.</p>	<p>O tempo é altamente fragmentado e desencadeado de forma aleatória e fugaz.</p> <p>Está interconectado com o mundo.</p> <p>Há uma maior mobilidade e versatilidade no trânsito da informação.</p> <p>A flexibilidade das organizações perfaz maior agilidade e capacidade de produção de informação.</p>

Fonte: Tipologia proposta por CASTELLS (1999). Adaptação do autor.

O cerne da sociedade informacional refere-se, então, às tecnologias da informação, processamento e comunicação, isto é, trata-se da possibilidade de armazenar, recuperar, processar e transmitir a informação por meio de tecnologias da microeletrônica. As tecnologias agem sobre a informação e incide na existência individual e coletiva das pessoas por meio de sua lógica de redes.

2.2 Web 2.0 e a noção de *hipercidadania*

A *Web 2.0* pressupõe uma plataforma inovadora formada por meios de comunicação e dispositivos, onde a internet é utilizada como ferramenta colaborativa de modo interativo. Significa uma melhoria em relação a *Web 1.0*, já que os usuários se tornam organizadores ativos de conteúdo on-line. Seu perfil mais interativo e dinâmico permite não só acessar um conteúdo de uma informação, mas também contribuir no processo de sua formação. Von Bülow (2014) pontua que “a chegada da chamada *Web 2.0* levou muitos observadores da

política a prever uma nova era, em que os indivíduos passariam a ter muito mais autonomia para opinar e poder para mobilizar”.¹²

Figura 1: Web 2.0



Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2014/08/manifesto-pela-cidadania-na-internet-por-marisa-von-bulow-545695.html> Acesso em: 09 de agosto de 2013

Segundo CHADWICK & PHILIP (2010), a noção de web 2.0 mudou a forma como pensar a internet e a vida política na sociedade globalizada, a saber, o discurso político passa a fazer parte do ambiente virtual a partir de um fluxo comunicativo que é de muitos-para-muitos, ou seja, apenas uma mensagem pode ser encaminhada para uma quantidade infinita de usuários desconhecidos. Trata-se de uma interligação de redes sob diferentes padrões de interação.¹³ Ao fazer a transposição de tais pressupostos para o ambiente parlamentar, Braga (2014) ressalta que “a introdução de ferramentas da Web 2.0 no contexto legislativo ensejaram novas formas de comunicação, diferentes das sugeridas pela Web 1.0 que apoiam-se em um monólogo top-down de transferência de informações” (BRAGA et al, 2014: 9)

Destacam-se também novas formas de ativismo no ambiente *on-line*, novas ferramentas de mobilização (blogs, chats, comunidades virtuais e redes sociais virtuais) e, sobretudo, o que se convencionou chamar de inteligência coletiva, a saber, não só formam-se

¹² Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2014/08/manifesto-pela-cidadania-na-internet-por-marisa-von-bulow-545695.html> Acesso em: 09 de agosto de 2013

¹³ Ver: CARDOSO & LAMY (2011).

laços sociais interligados construídos por um espaço comum de ideias, responsável por comunicar com o coletivo em um determinado contexto, como também se dispõem de um volume incalculável de informações disponíveis na *web* que se dá em meio a processos colaborativos e interativos dos indivíduos.¹⁴

Dentro desse contexto, Bustamante (2010) inaugura o conceito de cidadania digital ou *hipercidadania*, cujo sentido é fazer um exercício mais profundo da participação política. A noção de *hipercidadania* permite tornar o cidadão comum mais engajado politicamente, já que propõe formas criativas de mobilização.

Quadro 2: Hipocidadania versus Hipercidadania

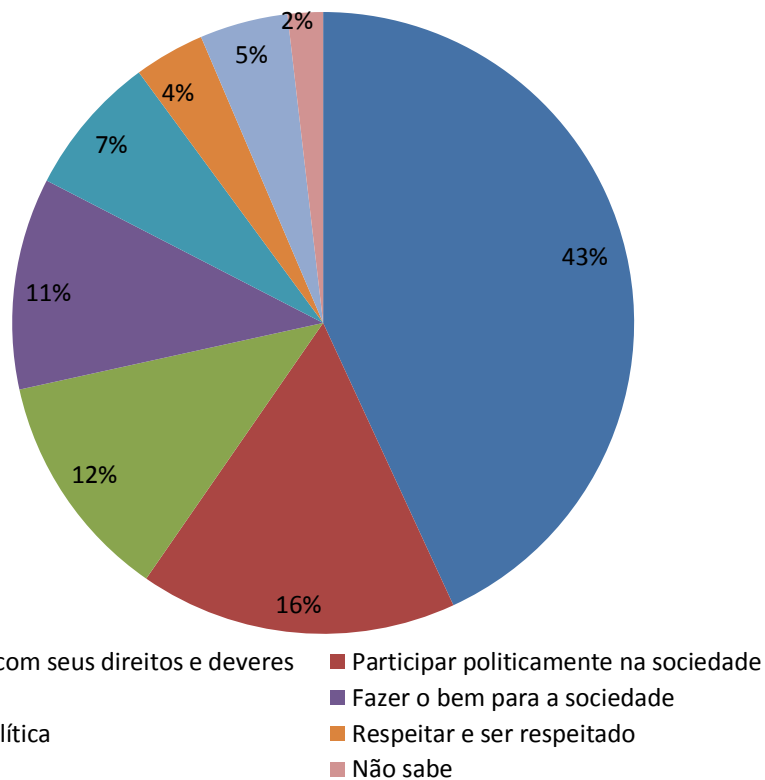
1) <i>Hipocidadania</i>	2) <i>hipercidadania ou cidadania digital</i>
<p>Aumento do controle social; Expansão da informática por padrões proprietários; Promoção de um uso estritamente lúdico das TIC's; Uso superficial das redes sociais virtuais.</p>	<p>Apropriação social da tecnologia; Promoção de políticas de inclusão digital; Desenvolvimento criativo do governo eletrônico; Impactos das TIC's sobre a democracia; Proteção frente às instituições de vigilância social; Múltiplas formas de cultura popular.</p>

Fonte: Tipos-ideais propostos por BUSTAMENTE (2010). Adaptação do autor.

À título de comparação, as representações dos universitários acerca do conceito de cidadania também foi objeto de investigação da pesquisa. As dimensões clássicas da cidadania definida por Marshall encontram-se presentes em suas respostas, como: possuir e exercer direitos e deveres (43% das respostas), participar politicamente da sociedade (16%) e respeitar as leis (12%).

Gráfico 13: O que é ser cidadão para você?

¹⁴ Pierre Lévy os definem como “ecossistema de ideias”, conforme seu discurso proferido no dia 15 de Abril de 2014 no Auditório Nelson Rodrigues na II Bienal Brasil do Livro e da Leitura, realizada em Brasília-DF.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Marshall (1992) define o “complexo da cidadania moderna” a partir de três esferas, quais sejam: a civil, a política e a social. As instituições mais diretamente associadas aos direitos civis, políticos e sociais seriam, respectivamente, as cortes de justiça, o parlamento e os conselhos locais de governo e o sistema educacional. “A sequência *direitos/deveres civis -> políticos -> sociais*, essencial na análise tripartite de Marshall, não deve ser vista como algo fortuito ou acidental.” (TAVOLARO, 2010: 339)

A *cidadania digital* oferece, a partir dos pressupostos de Bustamante, um forte potencial para participação no sentido de aglutinar indivíduos que antes queriam participar e não tinham canais de oportunidades. As novas possibilidades de acesso, organização, indexação e circulação de conteúdos proporcionam um verdadeiro convite à participação política. O que se convencionou chamar de *botton-up*¹⁵ é justamente a prática que agrega aquele indivíduo que antes, usualmente desinteressado pela participação política, agora, com canais interativos promovidos pelo meio virtual, é motivado a iniciar práticas participativas.

¹⁵ Ver: (MAIA, 2014: 15)

2.3 *Ciberdemocracia*

Lévy (1996) compreende o termo *ciberdemocracia* como o aumento da liberdade de expressão sem precisar de competências particulares e capital econômico, isto é, o território livre e progressivo que a internet exprime, é capaz de transformar-se em uma espécie de ágora digital.¹⁶ É nesse ponto que se dá talvez o maior propósito das iniciativas digitais, qual seja: o fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania. Este tem como função elevar a oportunidade de participação dos cidadãos nas esferas públicas e sobre decisões administrativas do governo.

Gomes (2011), por outro lado, define *ciberdemocracia* como “qualquer forma de emprego de dispositivos, aplicativos e ferramentas (fóruns, redes sociais) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar ou corrigir as ações políticas e sociais do Estado e dos cidadãos”. (GOMES, 2011: 27,28) O autor também considera o aumento da transparência por parte do governo e a participação e influência da esfera civil como desdobramentos dessa capacidade concorrencial. Tal conceito reforça, neste sentido, a sociedade de direitos e promove um ambiente mais propício à participação das minorias, que no ambiente tradicional das instituições políticas, são tendencialmente ofuscadas pelos grupos de coalizão da estrutura partidária.

Figura 2: Democracia Digital



Disponível em: http://comunicacaochapabranca.com.br/wp_content/uploads/2009/11/democracia-digital.jpg
Acesso em: 09 de agosto de 2013

A internet propõe, neste ambiente de participação, novos mecanismos que possam engendrar uma atuação mais forte dos indivíduos na discussão da vida política, rompendo a velha maneira de esgotar o sistema democrático representativo no processo eleitoral e na vida

¹⁶ Para mais detalhes, ver: <http://www5.usp.br/36407/congresso-internacional-na-eca-debate-ativismo-organizado-na-internet/>. Acesso em: 12 de novembro de 2013.

privada dos candidatos. As novas formas de produzir política sugerem, assim, múltiplos vínculos entre representantes e representados.

A participação eletrônica tem sido comumente dividida pela literatura em dois campos: o *e-Democracy* (democracia digital e *ciberdemocracia* são sinônimos deste conceito) pressupõe participação política através da internet por meio de processos de deliberação pública e o *e-Government* (governo eletrônico) abarca os processos da gestão pública, a saber, como as TIC's são aplicadas às funções de governo, buscando atender as demandas por serviços públicos.

Gomes (2011) também destaca iniciativas *online* que articulam ferramentas, dispositivos e aplicativos para realizar determinadas funções dedicadas a resolver problemas ou alcançar propósitos específicos, tais como: o projeto de petições *online* do parlamento britânico¹⁷, a cidade digital de Hoogeveen¹⁸, o projeto *Youngscot*¹⁹, o projeto *E-democracia* da Câmara dos Deputados²⁰, o portal *Contas Abertas*²¹ e o portal *Transparência Brasil*²². Sendo assim, tais iniciativas representam novas possibilidades da participação digital que apresentam alternativas ante as tradicionais formas dos processos políticos.

A campanha de Obama²³, em 2008, valendo-se desses pressupostos, foi embasada em um uso versátil da internet, isto é, dava autonomia aos grupos que se formavam no ambiente virtual onde se joga a mobilização voluntária dos cidadãos em torno de um candidato, contrariando as tradicionais campanhas eleitorais que são centralizadas a partir de um escritório.

¹⁷ Disponível em: http://www.clickciencia.ufscar.br/portal/edicao12/reportagem4_detalhe.php Acesso em: 21 de Julho de 2014. Em verdade, a Inglaterra é o país mais avançado na seara do governo eletrônico.

¹⁸ A cidade digital de Hoogeveen compreende “a formação de uma rede de cidadãos que forneceria uma plataforma aberta para a expressão cultural e o debate comunitário de questões públicas, além da experimentação com um novo meio de comunicação” (CASTELLS, 2003: 123)

¹⁹ Portal criado na Escócia para alavancar a participação política da juventude do país. O portal fornece uma ampla variedade de informações e serviços para jovens, incluindo manuais, boletins e o livre acesso aos conselhos. O conteúdo do portal facilita o diálogo entre os jovens sobre questões sociais e políticas contemporâneas de relevância e importância para suas vidas. Disponível em: <http://www.youngscot.org/> Acesso em: 21 de Julho de 2014.

²⁰ Busca promover a participação política da sociedade brasileira em geral à respeito dos temas políticos caros ao país. Ver: <http://edemocracia.camara.gov.br/o-que-e#.U82of-NdUvA> Acesso em: 21 de julho de 2014.

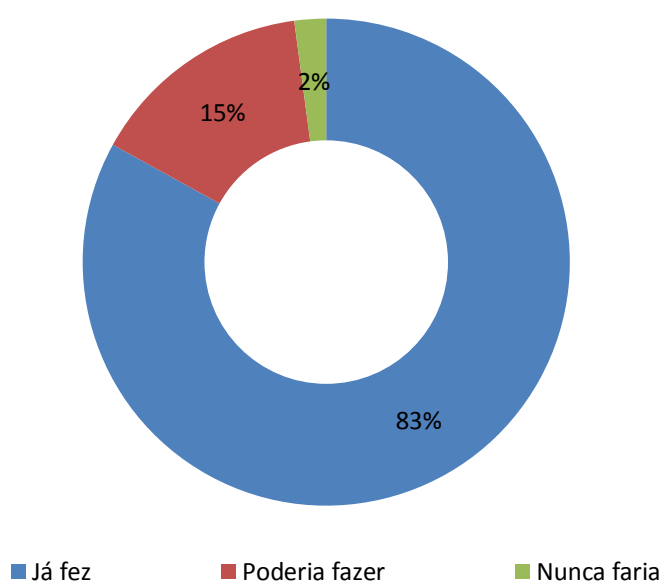
²¹ Este portal promove uma fiscalização e acompanhamento da utilização de recursos públicos. Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/website/institucional> Acesso em: 21 de julho de 2014.

²² Este portal é um exemplo de como exercer um controle mais firme e sistemático dos cidadãos sobre seus dirigentes, onde a disseminação de informações implica favorecer o controle do sistema político e, simultaneamente, buscar *accountability* e responsabilidade por parte dos representantes. Sob este ponto de vista, seu êxito instiga associações cívicas a pleitear por melhores atuações do governo e acompanhar “de perto” a ação política da esfera pública. Ver: <http://www.transparencia.org.br/> Acesso em: 22 de Julho de 2014.

²³ Ver: GOMES (2009).

Tendo como base essas novas iniciativas virtuais, quais seriam então as principais formas de participação política dos alunos entrevistados no ambiente *on-line*? A maioria esmagadora (83%) já assinou manifestos ou abaixo-assinados online, demonstrando ser uma forma de ação política bastante usual no seu cotidiano. Batista (2013) pontua que “o conforto trazido pelo não deslocamento e a realização da manifestação *on-line* diminui os custos envolvidos na participação.” (BATISTA, 2013: 63)

Gráfico 14: Assinar uma petição online



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

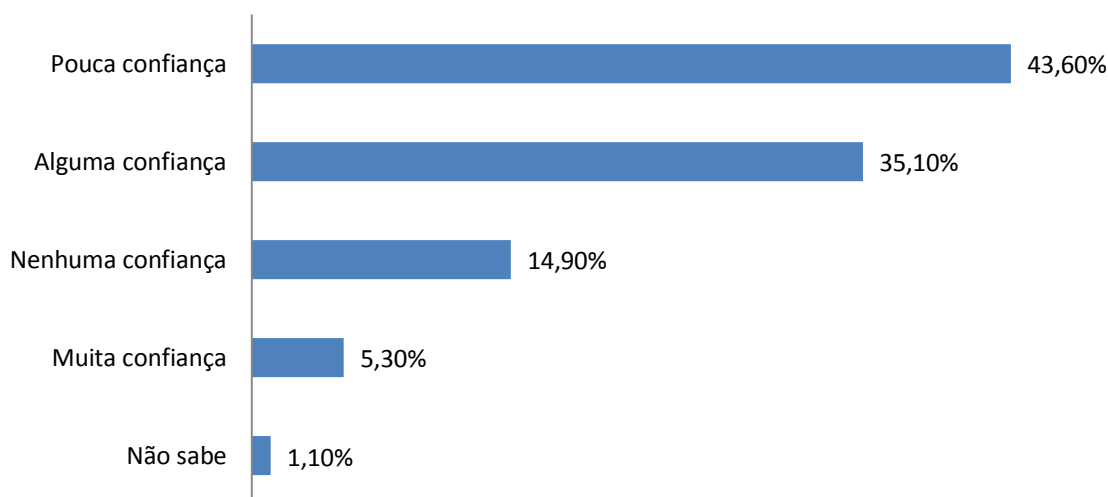
Contudo, seria possível 44% dos estudantes entrevistados confiarem pouco na internet? Não seria contraditório? Aparentemente sim, mas ao atentar-se para as entrelinhas que esses dados revelam, talvez não seja tão óbvio quanto parece. Depreende-se que a maioria dos universitários desconfia das informações encontradas na rede (mesmo sabendo que eles podem ser mobilizados por ela), e não perdem sua razão. Governo, instituições públicas, empresas privadas monitoram a vida dos cidadãos.²⁴ E mesmos estes últimos promovem uma vigilância entre si.

A noção do “panóptico invertido” aparece, então, com intuito de sofisticar o esquema

²⁴ “Spam, fraudes, roubo de dados, invasões de privacidade constituem o lado sombrio da internet... Enormes quantidades de informações estão sendo coletadas ou obtidas de forma subreptícia por agências de espionagem governamentais e empresariais.” (KNIGHT, 2013: 13-14)

panóptico²⁵ e ganha visibilidade em um tempo pautado pela globalização da vida social, onde não só o governo irá monitorar a sociedade como antigamente, e sim os indivíduos poderão se monitorar entre si, por meio de um controle que ocorre, primordialmente, nos mecanismos proporcionados pelas TIC's, a exemplo: postagens, tuítes, replicações nas redes sociais virtuais, entre outros.

Gráfico 15: Você confia na internet?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

A questão é que ancorar-se em uma justificativa de que a internet seria “uma rede de comunicação anárquica e sem controle, sem lei” (AMADEU, 2010, 69) é “patinar no vazio sem atrito”, ou seja, é usufruir de uma explicação essencialista que só tem a ofuscar o debate acerca da internet. Esta não pode ser encarada como a solução para a carência de participação política, ao mesmo tempo em que não se pode culpá-la pelas pessoas não participarem da vida pública. Esta justificativa não se verificou no plano empírico, já que os dados coletados deste projeto de pesquisa ressaltam um grande diferencial das redes sociais virtuais na mobilização dos estudantes.

Mais do que isso, as pessoas que já não participam da política, talvez não comecem a participar por conta da internet. Ela não tem essa capacidade unívoca de convocar cidadãos à vida política. Seria ingênuo contar com essas expectativas. O que se pode oferecer, na verdade, é um *surplus* para os cidadãos serem motivados a participar da vida política, visto que há uma apropriação social da tecnologia digital cuja motivação é imediata, pouco custosa

²⁵Ver: FOUCAULT (1977).

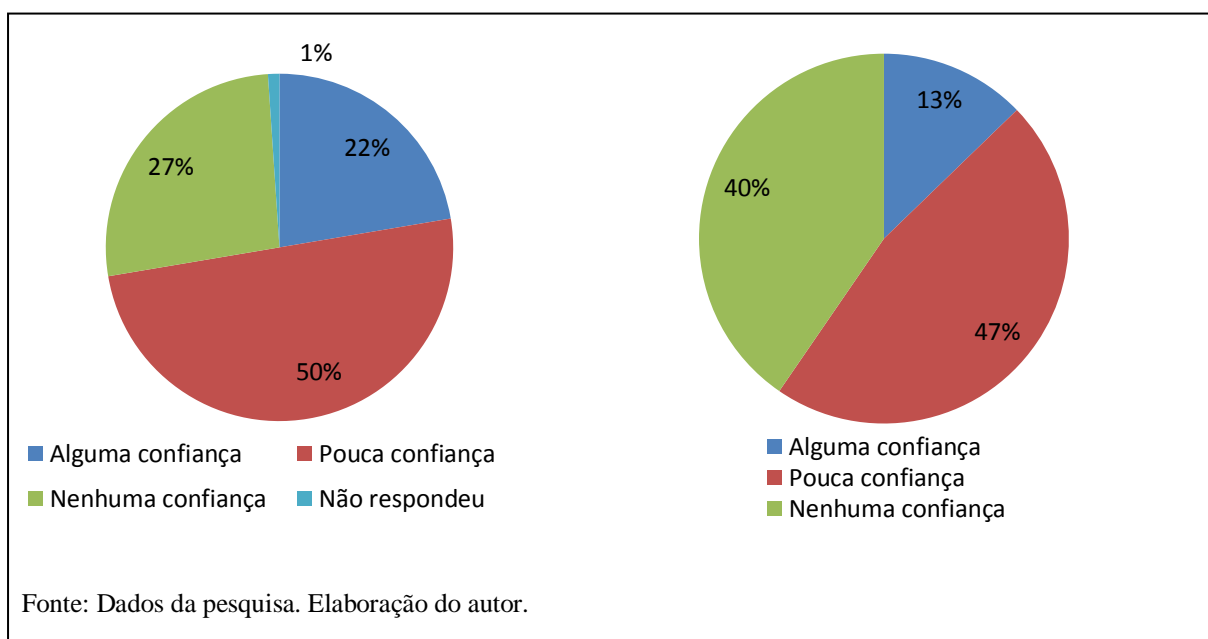
e eficiente e, portanto, não demanda atribuições que impõe sacrifícios enormes para o indivíduo engajar-se politicamente.

Prova dessa situação, é a baixíssima participação desses universitários em instituições associativas e representativas. A crise na participação é sentida, a priori, no ambiente *off-line*, e a internet pode mobilizar (ou pelo menos fazer um esforço) na recuperação pelo gosto da participação no campo político – conforme visto pela prática do *botton-up*, e não ser a chave para a solução da crise de representatividade vivida pelas democracias contemporâneas.

Quando comparado com o grau de confiança na televisão e na imprensa escrita, vale ressaltar que o descrédito dos entrevistados é ainda maior: 76,6% têm “pouca” ou “nenhuma confiança” na Imprensa Escrita, enquanto 87,2% têm “pouca” ou “nenhuma confiança” confiança na Televisão.²⁶ Ao que tudo indica, há uma preferência desses jovens pelo ambiente virtual em detrimento dos jornais e mídias televisivas.²⁷

Gráfico 16: Você confia na imprensa escrita?

Gráfico 17: Você confia na televisão?



Quando questionados se assistem ao horário eleitoral gratuito, ou se a propaganda

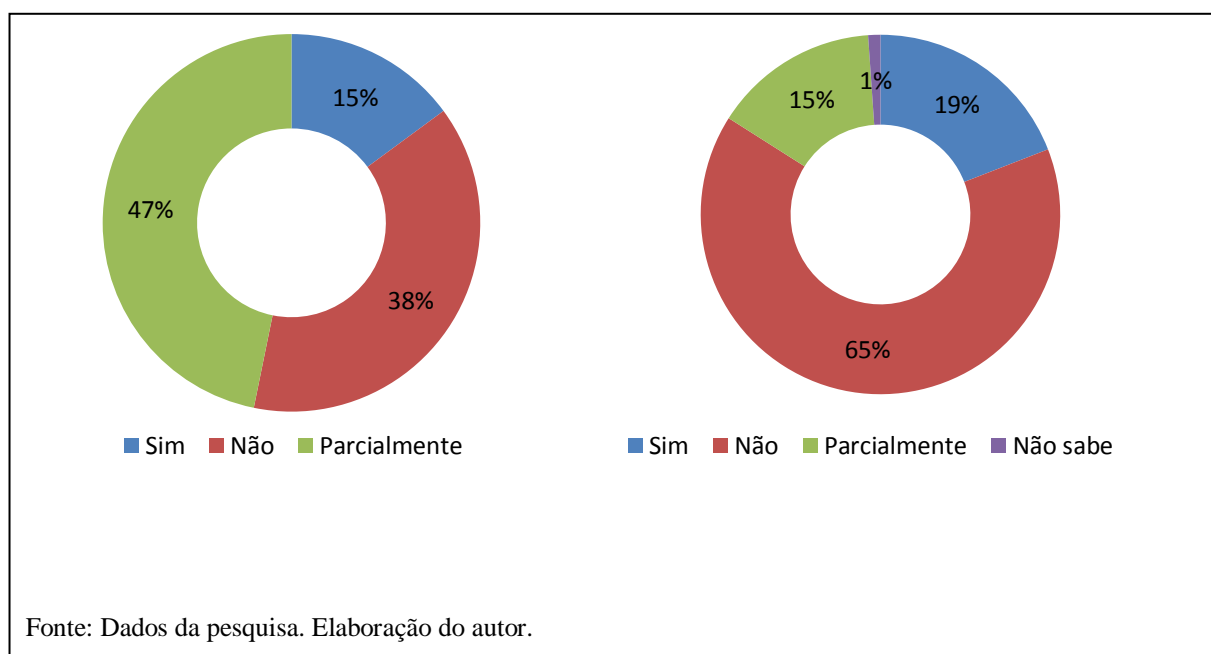
²⁶ Estes resultados podem também ser comparados, a partir de uma visão mais ampla, com demais instituições no Gráfico 16. (Vide p.27)

²⁷ Fato também confirmado no capítulo 3.

eleitoral gratuita é fator relevante para escolhas do voto, cerca de 40% dos entrevistados não assistem ao horário eleitoral, ao mesmo tempo em que, aproximadamente 65% não consideram a propaganda eleitoral como fator importante para escolherem seus candidatos. Em realidade, nas eleições de 2014, o Brasil teve recorde de debates políticos no meio *online*, principalmente no facebook.²⁸ Além disso, Braga et al (2009) salientam que no ambiente do Parlamento, “o facebook não só é a mídia mais utilizada pelos parlamentares, como também é percebida como a mais importante pelos gestores do mandato.” (BRAGA et al, 2014: 11)

Gráfico 18: Você assiste ao horário eleitoral gratuito?

Gráfico 19: A propaganda eleitoral é fator relevante para escolha de seu voto?



2.4 Ciberativismo

²⁸ Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/internet/2014/10/domingo-de-eleicoes-gerou-numero-recorde-de-interacoes-no-facebook.shtml> Acesso em: 10 de outubro de 2014.

Outro termo bastante usual na literatura sobre internet é o *ciberativismo*, também conhecido como *net-ativismo*. Este pode ser definido como novas formas de ações políticas colaborativas e novas formas de participação em redes digitais. Amadeu (2010) entende por *ciberativismo* “um conjunto de práticas em defesas de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na internet”. (AMADEU, 2010:31) Trata-se, em última instância, de uma manifestação de ativismo social contemporâneo, onde o emprego das TIC's promove novas modalidades de ação coletiva.

Os diferentes movimentos de indignação que sacudiram o mundo nos últimos anos, como a *Revolução Egípcia*, o movimento *15-Mna* Espanha, o *Ocuppy* nos Estados Unidos, e mesmo, as *Jornadas de Junho* de 2013 no Brasil, parecem compartilhar as seguintes características entre si: rejeição aos partidos políticos, baixa confiança nas formas convencionais de organização política, formação e mobilização via internet. Todos eles são considerados como movimentos de *ciberativismo*.

No Egito, as manifestações surgiram quando milhares de egípcios foram às ruas protestarem contra a “ditadura” de Hosni Mubarak, poucos dias depois da derrubada do presidente tunisiano, Bem Ali, em 25 de Janeiro de 2011. Depois de um protesto que durou 18 dias, Mubarak renunciou seu posto e um conselho militar assumiu o poder. As manifestações no Egito foram símbolos de como as redes sociais virtuais podem funcionar como reais mecanismos de mobilização coletiva.

Na Espanha, os “indignados” ocuparam as ruas para protestarem contra as políticas de austeridade adotadas pelo governo e pela crise econômica generalizada que resultou no desemprego em larga escala da população jovem espanhola. O movimento “tomou emprestado” da Revolução Egípcia algumas táticas de sua manifestação, sendo fonte inspiradora para seu desenrolar. Assim como no Egito, os manifestantes ocuparam um lugar específico, a Praça do Sol em Madri, após serem convocados por um grupo de jovens ativistas pelo *facebook*. Estabeleceram-se ali uma série de assembleias locais e foram organizadas marchas em todo país como forma de apoio ao movimento.

Nos Estados Unidos, a *Adbusters*(organização sem fins lucrativos) convocou a população em 17 de setembro de 2011 a ocupar o parque Zucotti no centro de Manhattan. Eles utilizaram o slogan “somos os 99%” que estavam sendo prejudicados com a crise financeira que assolava o país. O movimento, logo, espalhou-se para diversos locais do território americano e também para outros países.

O sociólogo italiano Paolo Gerbaudo em seu livro *Tweets and the streets*, ressalta que o *ciberespaço* ocupa uma posição de um “não-lugar”, onde tudo acontece, ou seja, onde os indivíduos conectados trocam ideias entre si e com o mundo, atuam como internautas que colam, copiam, replicam, editam, sintetizam e multiplicam as mídias sociais, em milhões de *tweets* e *posts* sobre notícias a respeito dos acontecimentos políticos em geral.

Este autor realiza um rico trabalho de campo etnográfico²⁹ ao testemunhar as múltiplas manifestações de ativismo através das redes sociais virtuais. Estas são utilizadas por Gerbaudo ao partir da seguinte premissa: influenciam a ação coletiva, mobilizando e coordenando indivíduos na rua ou tudo isso não passa de uma ilusão ativista. Concentra sua análise em três lócus de ocupação: Praça Tahir (Cairo), Praça do Sol (Madri) e Parque Zucotti (Manhattan).³⁰ E tem por objetivo identificar a maneira pela qual as redes sociais virtuais transformam a experiência e as formas de participação nos movimentos sociais contemporâneos.

Neste debate, os *ciberativistas* não estão na posição de deliberar comandos, apesar de sua mensagem influenciar diretamente a maneira pela qual as pessoas agem em conjunto, exprimindo a cena em que sua ação coletiva irá se configurar. Tal movimentação é denominada por Gerbaudo de *choreography of assembly*. Esta expressão é o conceito basilar de seu aporte teórico. Entende-se como um “processo de construção simbólica de um espaço público que se constrói em torno de um ajuste de cena emocional e um *script* dos participantes na assembleia física.” (GERBAUDO, 2012: 12). Neste sentido, os manifestantes adquirem um certo caráter participativo e libertário da cultura do protesto.

O uso do termo “coreógrafo” como uma metáfora é para caracterizar essa liderança indireta. De forma análoga aos coreógrafos tradicionais da dança, esses organizadores, em grande parte, são despercebidos durante o protesto. São, na verdade, “líderes que se reportando a ideologia da horizontalidade, não querem ser vistos como líderes de primeira instância, mas cuja definição de cena e o desenrolar da *performance* tem sido decisivo em trazer um grau de coerência” (GERBAUDO, 2012: 13) no desenrolar criativo da manifestação.

²⁹O autor realizou ao todo 80 entrevistas em seu estudo de campo.

³⁰Conforme visto, referem-se respectivamente a: Revolução Egípcia, aos Indignados na Espanha e ao *Occupy Wall Street*. Estes diferentes movimentos são analisados diacronicamente, traçando as diferentes fases de seu desenvolvimento. Tanto o papel desempenhado pelos meios de comunicação social em cada um deles foi reconstruído quanto a interação do movimento com outras formas de comunicação foi tomada como relevante.

A *choreography of assembly* pode, dessa forma, ser um coletivo e não necessariamente uma personificação de um indivíduo. Embora não se apresentem como líderes individuais, as ações do coreógrafo para a preparação do movimento são indispensáveis, tendo em vista que fixam datas e locais de encontro, fazem slogans e constroem, dessa forma, uma coreografia que compõe o imaginário do movimento, criando a cena geral em volta da qual a manifestação acontece.

Gerbaudo, por tudo isso, parte em defesa das mídias sociais como meios facilitadores para os movimentos sociais contemporâneos. São elas as responsáveis para a construção da *choreography of assembly* que orientam os participantes da assembleia de forma dispersa e descentralizada. O *facebook* e o *twitter*³¹ ganharam destaque através da construção de identificações comuns que acumularam, ou mesmo desencadearam impulsos emocionais na formação da assembleia pública.

Destaca-se, neste sentido, que as redes sociais virtuais atuam como um elemento complementar – e não substituto – às manifestações nas ruas, além de possibilitarem a criação de novas formas de interações físicas e assumirem “um papel importante na visibilidade, cobertura e organização dessas mobilizações.”(ALCÂNTARA, 2014: 12)

Gerbaudo situa-se entre os *ciberotimistas* – aqueles que acreditam na promoção triunfalista da internet como uma ampliação dos canais de participação política, representados por Pierre Lévy, Chris Anderson, Dan Gilmore e, sobretudo, por Clay Shirky e os *ciberpessimistas* - defendem que a *web* enfraquece a participação de forma apocalíptica, fragmentando o espaço público, representados por Evgeniv Morozov e Malcom Gladwell.³² Ele considera que estes autores baseiam-se numa visão essencialista, ora tida como adequada ora inadequada.³³ Tais perspectivas mostram-se arbitrarias no trato das mídias sociais, já que não se atentam para idiosincrasias locais na cultura das manifestações que as adotam.

Em consonância com este autor, Castells (2013) elucida uma mudança na maneira como a organização das novas formas de ativismo é vivenciada pelos seus participantes. Eles

³¹Da mesma forma, os espaços colaborativos desenvolvidos nas redes sociais virtuais, em especial, o *facebook*, não se resumem apenas a uma pluralização das informações, e sim a uma dimensão interativa que extrapola a dimensão *online*. Neste sentido, é no próprio ambiente *offline* que a dimensão *online* é potencializada e mobilizada.

³² Enquanto a primeira defende que o meio virtual gera automaticamente novas modalidades de ação coletiva e de comportamentos humanos, a via *ciberpessimista* praticamente ignora as inovações tecnológicas nas novas formas de sociabilidades contemporâneas. Ver: (AMADEU; BRAGA & PENTEADO, 2014: 5)

³³ Para mais detalhes, ver: MORETZSOHN (2013).

surtem como um projeto calcado nas experiências dos indivíduos, que permitem reinventar o papel de como a estrutura democrática funciona, partilhando interesses, ideias e valores que comungam um espírito coletivo. Segundo este autor, o espaço da autonomia é uma característica essencial em seu arranjo espacial. Autonomia é definida como a “capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013: 172)

Quadro 3: Movimentos Sociais em Rede

CARACTERÍSTICAS BASILARES DOS “MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE”
<p>Descrédito em relação às instituições políticas tradicionais e ao não-funcionamento dos mecanismos de representação;</p> <p>Desconfiança das informações disseminadas pelos veículos da grande mídia e por corporações financeiras;</p> <p>Sem lideranças e organizações formais;</p> <p>Denotam caráter antipartidário;</p> <p>Sem orientações estratégicas e autoridades verticais (não programáticos);</p> <p>Têm sua formação e são mobilizados primordialmente via internet (simultaneamente globais e locais);</p> <p>Uso intensivo das redes sociais virtuais (interação dinâmica entre <i>ciberespaço</i> e espaço urbano);</p> <p>Conectados em redes de múltiplas formas (multimodais);</p> <p>Movidos pela tríade indignação, entusiasmo e esperança.</p>

Fonte: CASTELLS (2013). Adaptação do autor.

No entanto, embora reconheça que Castells retrate um aspecto fiel do discurso ativista, Gerbaudo analisa que seu quadro teórico baseia-se em vários *insights* da inteligência afetiva, que procura definir a sociedade contemporânea com respaldo na neurociência, valendo-se de “rede de cérebros” ou “redes neurais de cérebros” que não só menosprezam o caráter corpóreo da ação coletiva, como também implica, em certa medida, um definhamento da lógica do lugar. O autor está convencido que tal análise “constitui um obstáculo ideológico para a compreensão da dinâmica do espaço contemporâneo de participação” (GERBAUDO, 2012: 25)

A crítica ao sociólogo catalão ganha mais fulgor, já que pensar o espaço de fluxos da internet superior ao espaço de lugares é, portanto, desconsiderar o espaço da interatividade criado por meio das identidades coletivas construídas no local protesto. Gerbaudo expõe, nesse sentido, que não teria sentido entender a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e o Occupy se se não estabelecer uma profícua relação com a importância do lugar nestes movimentos sociais contemporâneos.

Soma-se a isso, o fato de o discurso de Castells “acrescentar pouco ao discurso midiático tido como a revolução do *facebook*” (GERBAUDO, 2012: 26). A atitude visionária

de que todos estão unidos ao redor do mundo pela *web*, defendida por Castells e seus seguidores, não parece “fornecer um imaginário que capture a essência de formas colaborativas contemporâneas de ação coletiva.” (GERBAUDO, 2012: 26)

Por isso, Gerbaudo se vale da expressão *networks without centres* (redes sem centros) em clara crítica à Castells, já que este utiliza como justificativa o fato de os movimentos sociais em rede não terem a obrigação de lideranças e comandos por autoridades verticais. À exemplo desse confronto entre os dois autores, trata-se, ao fim e ao cabo, de uma questão empírica, a ser analisada a partir de “diversos padrões e repertórios de ação coletiva, identidades e militâncias múltiplas”(BRINGEL, 2013: 50)

Por último, na análise de Gerbaudo, a sociologia informacional de Castells quase não percebe a presença do ator, ou seja, não se tem a formação de um sujeito político. Dentre a dicotomia entre uma análise empiricista e outra normativa, a linha de Gerbaudo apresenta um viés mais analítico, em que não só o ativismo *on-line* é considerado um repertório de ação, como a insurgência do movimento é analisada desde o começo de sua mobilização até a sua repercussão em um local da esfera *off-line*.

Capítulo 3: Jornadas de Junho de 2013

O termo acadêmico *Jornadas de Junho* foi usado para referir-se a todas as manifestações ocorridas em diferentes locais do Brasil em Junho de 2013. Não há um consenso estabelecido quanto ao termo mais apropriado para explicar o aparecimento de novas formas de ativismo na cena pública brasileira. Bringel (2013) os define como “levante de Junho” e Singer (2013) como “acontecimentos de Junho”, neste trabalho optou-se pelo termo *Jornadas*.

Tal como *ociberativismo*, Maria da Glória Gohn os define como *novíssimos movimentos sociais*. Estes, segundo a autora, também centram-se no advento da internet por meio da comunicação interativa das redes sociais virtuais. Em verdade, a internet tem

aumentado o escopo das possíveis políticas que podem favorecer o fortalecimento de *novíssimos movimentos sociais* com caráter emancipatório.³⁴

Não foram sindicatos ou os partidos que convocaram as manifestações; foram os cidadãos plugados em redes sociais. Aliás, desde o início se fez crítica radical a todas as instituições do *establishment* – parlamento, partidos, sindicatos, empresas, igrejas e monarquia (GOHN, 2013: 34). Segundo a autora, todos que têm acesso às mesmas informações, particularmente os jovens³⁵, estão conectados em um único mundo, o virtual, onde também podem ficar lado a lado, curtir as mesmas páginas, compartilhar os mesmos vídeos, fotos, artigos, *posts*, sem contar a replicação em perfis, *blogs* e sítios.

Mais do que tratar as manifestações como formas de ativismos “prontas” e “chapadas”, da forma de como se apresentam em uma teoria aqui e outra acolá, elas devem ser, a priori, tomadas como um processo em construção em que as perspectivas políticas deixam de se identificarem com lógica do Estado e são obrigadas a se abrirem para uma sociabilidade dinâmica e multifacetada, revendo seus sentidos, seus sujeitos e seus marcos institucionais. Dada a sua “natureza” indeterminada, as *Jornadas de Junho* transbordam para além das condições históricas que a alimentam, a saber, os novos possíveis cenários que são criados “escapam ao radar dos analistas que apenas vêem o jogo esperado de grande política com seus atores e estratégias já definidas”. (PARRA, 2013: 142)³⁶

É justamente pelos laços frágeis é que se dá a lógica dessas novas formas de ativismo. Por isso, não se trata de “rotular” estas manifestações como “ativismo de preguiçosos”³⁷, uma vez que, por não terem ativistas com causas específicas, distribuição temática ou, mesmo, uma lista de lideranças programadas, elas representam, dessa forma, movimentos de indignação em que não há uma necessidade obrigatória de terem uma noção de identidade compartilhada pelos seus participantes e suas ações coletivas não necessariamente precisam ter fins claros e definidos.³⁸

Em realidade, a indignação não é um movimento social. É, na verdade, um estado de ânimo. Como canalizá-la em um movimento social transformador? Além de não se ter uma

³⁴ Ver o documentário “A partir de agora... As Jornadas de Junho no Brasil” de Carlos Pronzato (diretor e roteirista). Disponível em: <http://www.contextolivre.com.br/2014/02/a-partir-de-agora-as-jornadas-de-junho.html>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2014.

³⁵ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152,0.htm>. Acesso: 20 de novembro de 2013.

³⁶ Por meio de sua sociologia dos rastros, Parra (2013) analisa as controvérsias sobre as motivações e estratégias dos movimentos.

³⁷ A expressão vem do inglês “slacktivism”. Ver: (GERBAUDO, 2012: 7)

³⁸ Estas discussões foram debatidas na GT 04 Ciberpolítica, Ciberativismo e Cibercultura, no XXXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas gerais, em Outubro de 2014.

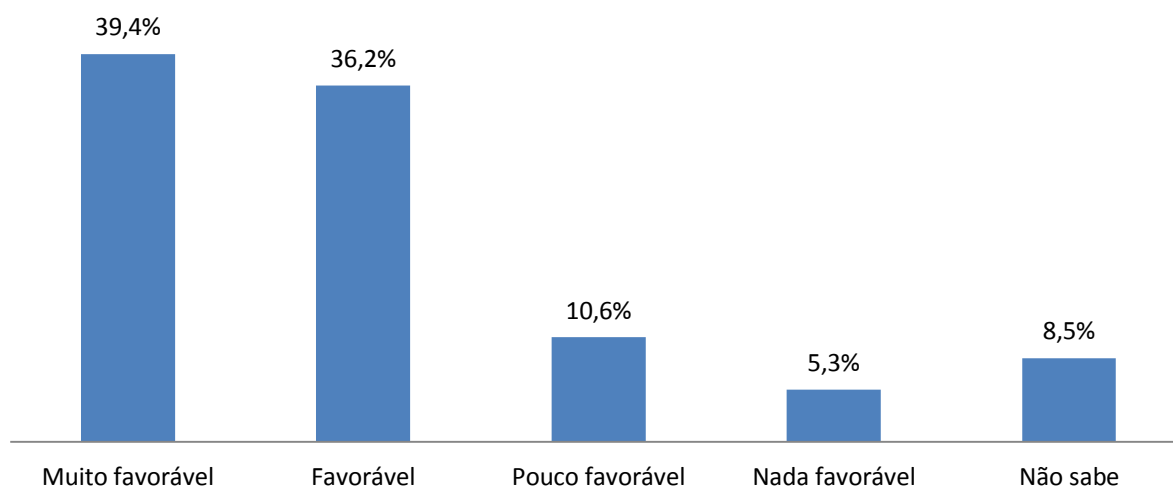
resposta definitiva para este questionamento, a discussão, a meu ver, não caminha nesta direção. As perguntas estão sempre direcionadas para critérios de legitimidade e de validade das manifestações. Eureka! Talvez suas formulações estejam sendo feitas de maneira equivocada, significa dizer, ao inverter o ângulo de análise, verifica-se uma multiplicidade de perspectivas, significados e possibilidades abertas que não devem ser “enquadrados”³⁹ com base nas acepções modelares de ação coletiva da TMS ou mesmo das NTMS.⁴⁰ “Não ter garantias” para que a participação política se traduza em mecanismos de transformação da realidade social talvez seja uma de suas características basilares. Firmam-se, ao fim e ao cabo, como novas maneiras de se pensar e fazer a política no mundo contemporâneo.

Bringel (2013) detecta ainda a existência de uma “miopia política”. Esta se revela na restrição das interpretações da vida política à sua dimensão institucional, o que limita o surgimento de cenários sociais emergentes. Tal miopia impede também a avaliação de motivações, articulações e atitudes dos cidadãos em meio a uma pluralidade de significados que são característicos dos movimentos sociais contemporâneos. Estes inauguram novas reconfigurações das teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais e não podem deixar de considerar as novas dinâmicas da vida social, características de um mundo cada vez mais globalizado e, por isso, pautado pelo uso intenso das TIC’s. Direcionando a discussão para os dados empíricos, grande parte dos universitários esteve presentes nas *Jornadas de Junho* de 2013 (56%) e admitiram ser amplamente “favoráveis” a elas (75%).

Gráfico 20: Você foi favorável às Jornadas de Junho ocorridas em 2013?

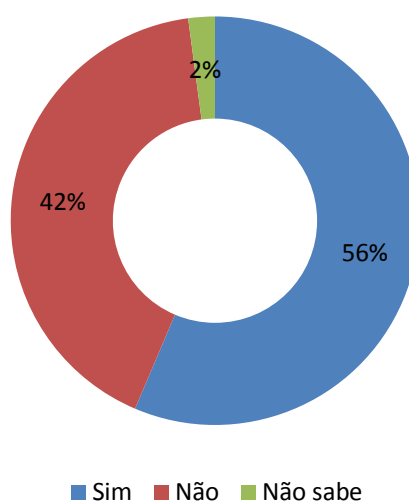
³⁹ “Esta dificuldade de enquadrá-lo talvez seja o principal sintoma que estamos diante de algo novo.” (PARRA, 2013: 144)

⁴⁰ Se a TMS foi caracterizada pelas interpretações sobre os movimentos sociais marcados pelo movimento operário e a importância atribuída ao conflito no mundo do trabalho, se valendo dos cânones clássicos da Sociologia (Marx, Durkheim e Weber), a NTMS deu sentido às ações dos “novos” atores sociais do conflito, o que faz surgir uma série de recursos epistemológicos, quais sejam: a teoria de mobilização de recursos, a teoria do processo político e outras abordagens particulares. São os novos movimentos feministas, ecológicos, pelos direitos civis, que avançam na compreensão de determinadas temáticas que outrora se valiam de questões específicas do movimento operário e de conflitos trabalhistas. Para mais detalhes, ver: BRINGEL (2011), (2012).



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Gráfico 21: Você participou das Jornadas de Junho de 2013?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

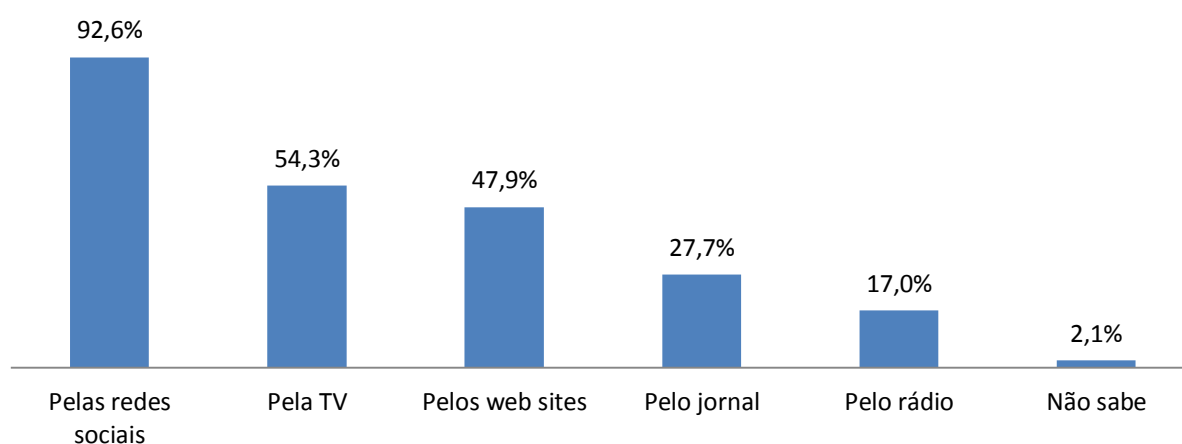
Mas como eles souberam dessas manifestações? Verificou-se que 92,6% dos estudantes souberam pelas redes sociais virtuais⁴¹ e 47,9% por meio dos *web sites*, indicando o papel basilar que a internet exerceu na convocação e mobilização dos estudantes entrevistados, o que confirma, a priori, a constituição de formas mais interativas na organização do movimento.

Embora pesquisas revelem que a maior parte dos usuários da rede virtual faz seu uso

⁴¹ “A Internet se tornou um instrumento de mobilização política e participação mais direta e contínua... O Brasil já é o segundo maior mercado do mundo de Facebook, com mais de 58 milhões de contas, e do Twitter não fica muito atrás, com mais de 40 milhões.” (KNIGHT, 2013: 6)

para assuntos privados e serviços ligados ao entretenimento⁴², a internet apontou, a partir dos dados coletados, como uma alternativa bastante útil na convocação destes alunos. À título de comparação, pesquisa feita pelo IBOPE⁴³ revelou que 62% dos entrevistados ficaram sabendo das manifestações pelo facebook e que 77% foram mobilizados por esta rede social virtual. Cabe ainda destacar que 75% dos entrevistados na pesquisa IBOPE utilizaram alguma rede social para convocar outras pessoas para as manifestações.

Gráfico 22: Como soube das *Jornadas de Junho* de 2013?



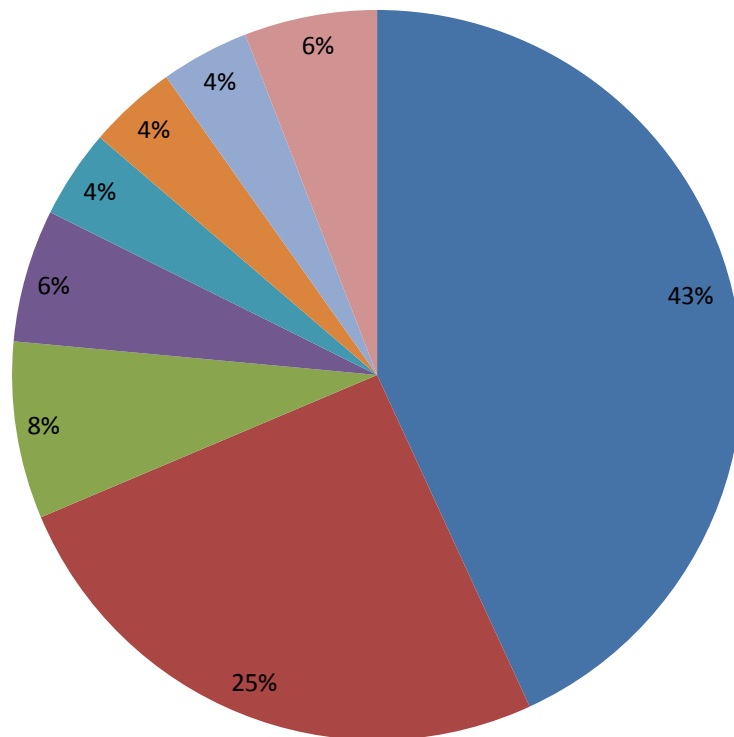
Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Mas a questão-chave é entender o que motivaria estes jovens a participarem das manifestações? A dimensão interativa dos sujeitos investigados é diagnosticada a partir das respostas dos atores políticos baseadas em suas percepções e orientações subjetivas acerca de suas motivações. Neste sentido, os entrevistados justificaram seus interesses, principalmente pela crença de que movimentos dessa natureza podem mudar a realidade do país (43% das respostas), e/ou são a expressão da insatisfação com a atual situação brasileira e indignação com os nossos políticos (25 % das respostas). Já na pesquisa IBOPE, as reivindicações mais destacadas por participarem das manifestações foram: a precariedade do transporte público (37,6%), insatisfação com o ambiente político (29,9%) e gastos excessivos com a copa das confederações de 2013 e com a copa do mundo de 2014 (4,5%).

⁴² Disponível em: <http://pesquisa.ufabc.edu.br/nuvem/linhas.html> Acesso em: 22 de Julho de 2014.

⁴³ A pesquisa foi realizada pelo IBOPE no dia 20 de junho de 2013, logo após as primeiras grandes manifestações ocorridas em sete capitais brasileiras (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e Brasília. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa também apontou que o perfil dos manifestantes era majoritariamente composto por jovens (63% com menos de 30 anos), com nível superior completo (43%), ou cursando esse nível de escolaridade e/ou tendo concluído o ensino médio (49%). Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 01 de novembro de 2014.

Gráfico 23: Motivações para participar das Jornadas de Junho

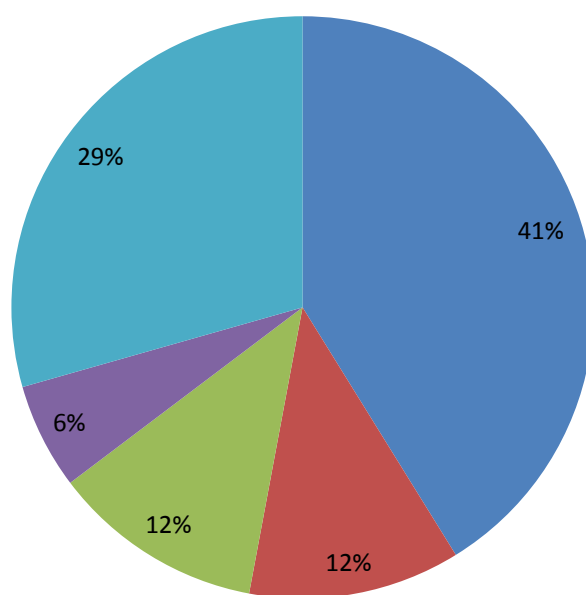


- Vontade de mudar a realidade brasileira
- Insatisfação com a situação do país/Indignação com os políticos
- Vontade de participar de um momento histórico
- Incentivo dos amigos
- Truculência da polícia
- Mostrar que o povo não é passivo
- Curiosidade
- Outros

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Para os que não participaram, as principais justificativas afirmaram ser a falta de clareza quanto aos objetivos do movimento (31,1% das respostas), o medo da violência (8,8%) ou o fato de estarem em fase de provas ou trabalho (8,8%).

Gráfico 24: Motivações para não participar das *Jornadas de Junho*

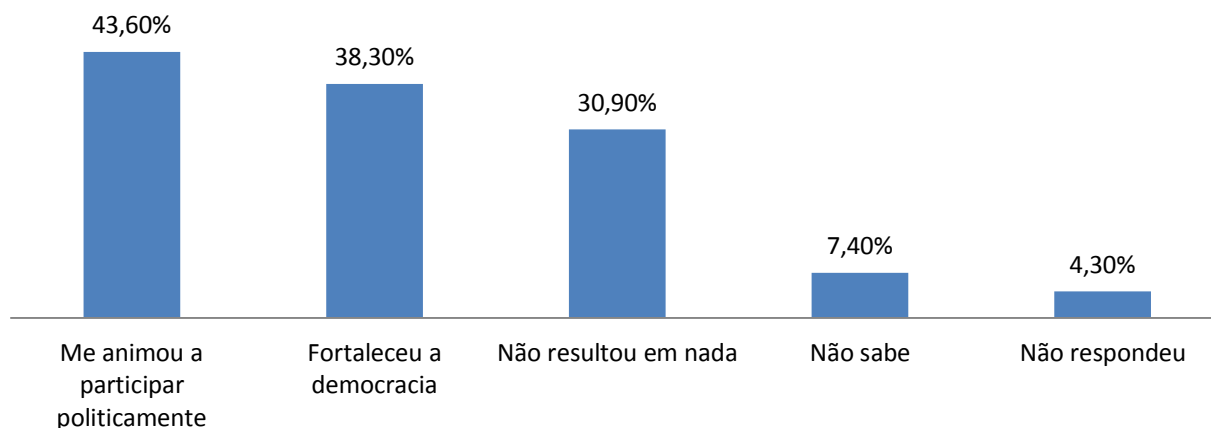


- Falta de clareza quanto aos objetivos do movimento
- Medo da violência
- Momento de provas/trabalho
- Falta de identificação com o movimento
- Outros

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Quando questionados sobre como avaliavam os resultados das manifestações, cerca de 44% dos entrevistados opinaram que a participação nas *Jornadas de Junho* foi motivo para animá-los a participar politicamente e 38,3 % pontuaram que as manifestações fortaleceram a democracia. Da mesma forma, a pesquisa IBOPE revelou que 94% dos entrevistados acreditavam que as manifestações iriam promover mudanças a partir das reivindicações dos protestos.

Gráfico 25: Avaliação dos resultados

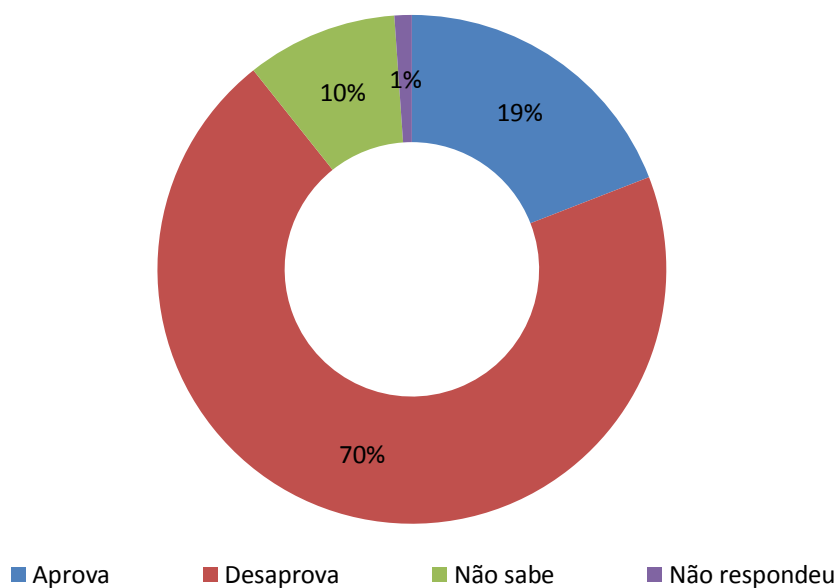


Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Verificou-se que 70% dos estudantes desaprovam as manifestações violentas por parte dos manifestantes e 80% desaprovam por parte dos policiais, o que foi confirmado também na pesquisa IBOBE quando 57% dos entrevistados responderam que a polícia agiu com violência. Segundo Romão (2013), “os detalhes da incapacidade da força policial em lidar com as demonstrações públicas foram divulgadas por meio de inúmeros vídeos que foram exibidos pelas redes sociais.” (ROMÃO, 2013: 12) A violência policial alterou sua forma de agir durante o “desenrolar” das manifestações, se em um primeiro momento, verificou-se ações violentamente reprimidas pelos militares, em um segundo momento, vários manifestantes passaram a ser escoltados pela polícia quando ocupavam as ruas e as estradas, especialmente no caso de São Paulo.⁴⁴

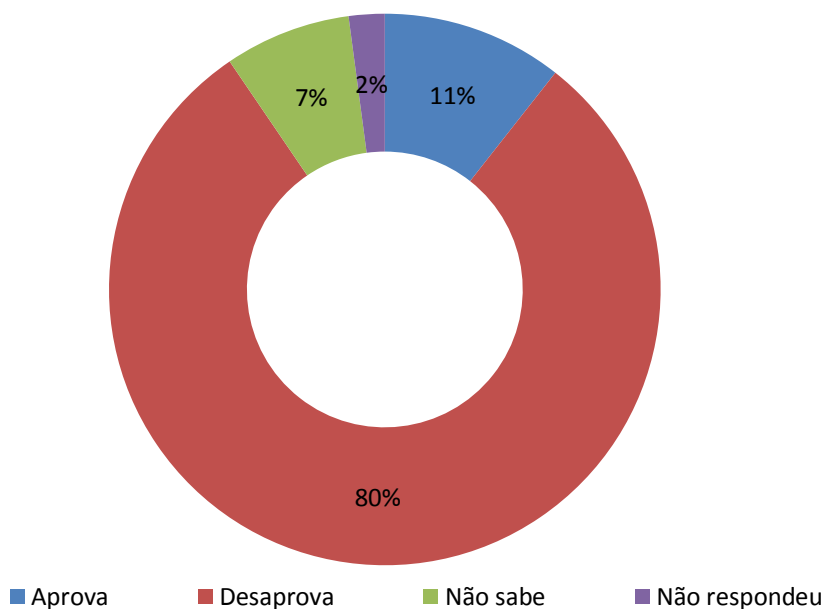
⁴⁴ Ver: (PARRA, 2013: 145). O autor denomina como “rastros seis” as variações nos modos de repressão policial aos movimentos de rua.

Gráfico 26: Você aprova ou desaprova as manifestações violentas por parte dos manifestantes ocorridas nas Jornadas de Junho de 2013?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

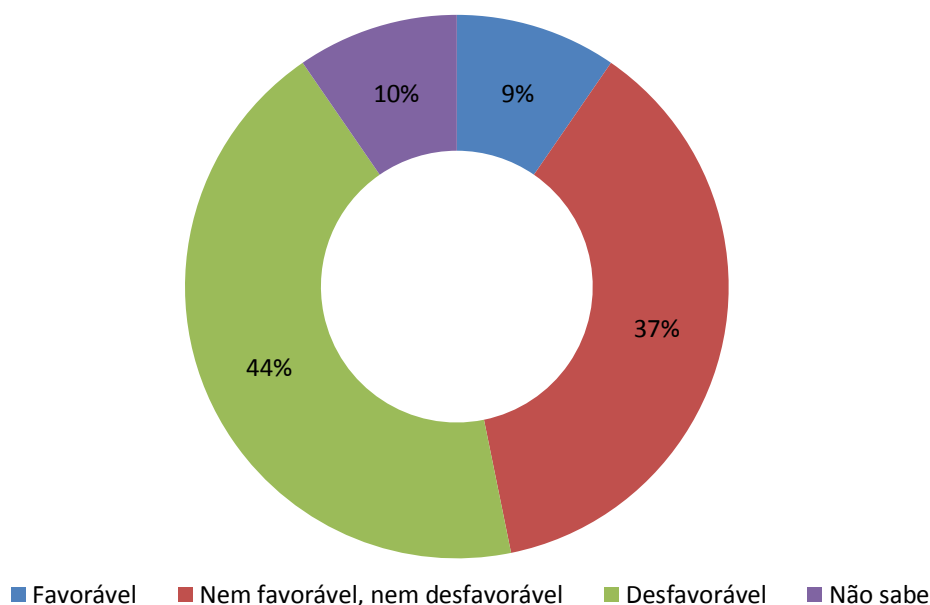
Gráfico 27: Você aprova ou desaprova as manifestações violentas por parte dos policiais ocorridas nas Jornadas de Junho de 2013?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Quanto à visibilidade midiática, cabe destacar que inicialmente o enfoque era nos transtornos para as cidades no que tange o trânsito e os confrontos com a polícia. Como houve uma forte reação dos manifestantes, a cobertura da mídia “curiosamente” mudou, já que começou a ressaltar o caráter pacífico dos atos e a disputar a pauta das reivindicações, confirmando seu papel central no desenrolar das *Jornadas* ocorridas em diferentes localidades do país.⁴⁵Romão (2014) pontua a existência de uma “relação sinérgica entre o repúdio à repressão policial pela mídia grande e, ao mesmo tempo, um reforço simbólico à dispersão de pauta e à caracterização dos atos como um grito da juventude contra a corrupção” (ROMÃO, 2014: 160) Prova disso, é que cerca de 44% dos entrevistados, afirmaram avaliar a cobertura da mídia televisiva de forma desfavorável e 37% como nem favorável, nem desfavorável, indicando o caráter oscilatório das transmissões midiáticas.

Gráfico 28: Como você avalia a cobertura da mídia televisiva em relação às Jornadas de Junho de 2013?



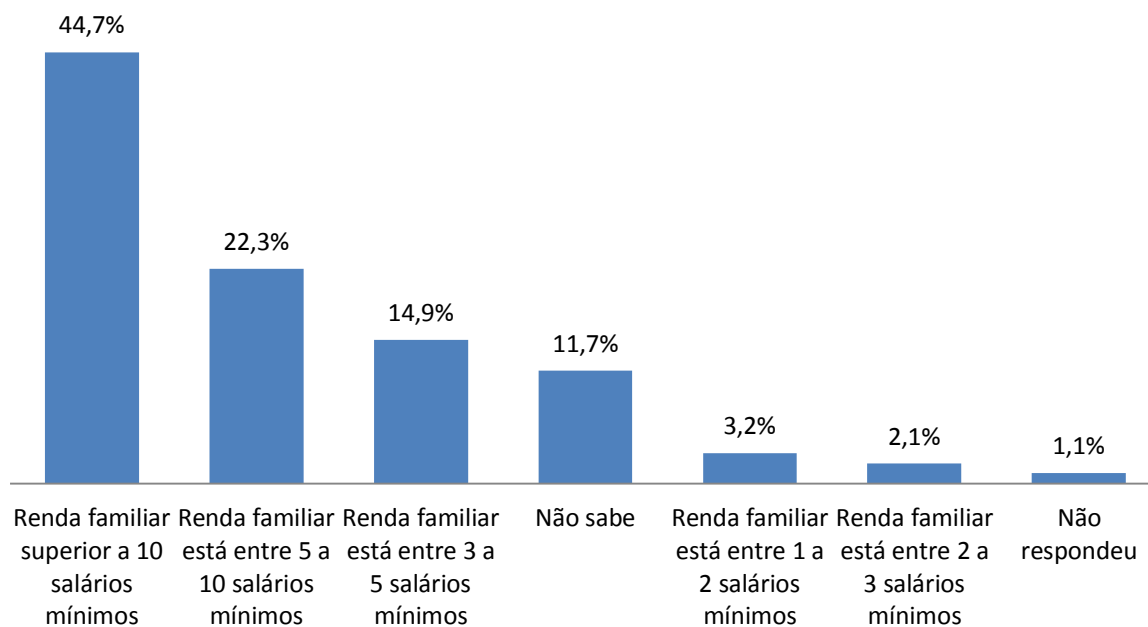
Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Em relação à renda mensal familiar, enquanto 44,7% desses estudantes universitários tinham renda superior a 10 salários, a pesquisa IBOPE mostrou que renda familiar mensal acima de 5 salários mínimos caracterizavam 49% dos manifestantes presentes nas manifestações. Singer (2013) destaca também que “nada menos que 43% dos manifestantes

⁴⁵ Para uma descrição mais detalhada sobre o “vaivém” da mídia, ver: FILHO (2013).

tenham diploma universitário”.⁴⁶ (SINGER: 2013, 28)

Gráfico 29: Renda familiar mensal



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Singer (2013) ainda reforça que havia uma forte impressão na presença da classe média nas manifestações, ao mesmo tempo em que o subproletariado também participou dos protestos. Percebeu-se um cruzamento ideológico de classes sociais entre programas de “esquerda”, “direita” e “centro”, que segundo autor, acabou por reivindicar por melhores serviços públicos de educação, saúde e transporte e demonstrar imensa insatisfação “contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção.” (SINGER, 2013: 36)

⁴⁶ Dados da Rede Brasil revelam que o número de matriculados no ensino superior do país chega a 7, 5 milhões de indivíduos, compreendendo 8 % da população brasileira. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2014/09/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8-taxa-inferior-a-do-ultimo-censo-5497.html> Acesso em: 15 de setembro de 2014.

Considerações Finais

Com base neste estudo e em um cenário onde a velocidade das mudanças proporcionadas pelas TIC's se dá em um ritmo diferente do funcionamento das instituições tradicionais das democracias modernas, a possibilidade de conectar internet à participação política aparece como uma alternativa para dinamizar os espaços públicos urbanos. Os dados coletados, no entanto, não permitem afirmar que a internet pode ser uma real ferramenta de participação política, mas indicam que a participação via canais institucionais da política, pelo menos no ambiente acadêmico, perfaz sinais de esgotamento, dada a baixíssima participação dos universitários diagnosticada na pesquisa.

Em contrapartida, no momento em que explodiu as *Jornadas de Junho* de 2013, verificou-se uma mobilização intensa desses universitários por meio de canais virtuais interativos, como as redes sociais virtuais, o que não só desmistificou o cenário de uma amorfia e descontinuidade em termos de participação nas nossas sociedades conforme apontavam vários estudiosos⁴⁷, como também essas novas formas de mobilização representaram e continuam a representar novas formas de se pensar e fazer a política no mundo contemporâneo. Trata-se de entender novas práticas participativas emergentes que transbordam para além dos canais institucionais estabelecidos.⁴⁸

A discussão aqui em pauta sugere caminhos ao relacionar as plataformas de participação via internet com as atividades que redundam em ação política no plano real⁴⁹ reconhecendo que os sujeitos se inserem em uma identidade de múltiplas implicações coletivas por meio de escolhas individuais⁵⁰. O representado, neste novo ambiente, é

⁴⁷“Entre os dias 11 e 13 de junho do ano passado foi realizado, em Brasília, Seminário Internacional denominado *Desafios da Consolidação Democrática na América Latina*, organizado em conjunto pela Universidade de Brasília, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. O evento buscou promover o debate entre especialistas latino americanos e internacionais acerca das questões centrais que envolvem o fortalecimento da democracia no continente, após décadas de relativa estabilidade democrática na região. De uma forma geral, as apresentações trataram dos inúmeros ganhos em termos da institucionalização democrática nesses diferentes países, mas também apontaram para certa amorfia ou descontinuidade em termos da mobilização e participação política em massa nessas sociedades.” (MESSENERG, 2014: 2)

⁴⁸ Enquanto este trabalho estava sendo produzido, novos movimentos de indignação explodiram em Hong Kong. Ver: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140929_hong_kong_entenda_pai Acesso em: 27 de novembro de 2014.

⁴⁹ O mundo virtual é um objeto manipulável pelo sujeito. Trata-se de ampliar sua capacidade de intervenção no real a partir de uma transposição de suas ações nos sítios virtuais para ações políticas concretas no mundo real. A relação entre virtualidade e real é bastante densa, mas deve ser encarada como uma relação de trânsito, e não de oposição, o que muitos autores chamam de “hibridização” entre o real e o virtual. Ver: Ribeiro (1996).

⁵⁰ Tais ideias estão em comum acordo com o discurso de Michel Wieviorka proferido no dia 12 de Março de 2014 no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PT2j5s5Cg2A> Acesso em: 13 de março de 2013. Amadeu et al (2014) também destacam, em sua obra, a mediação das escolhas estratégicas dos atores sociais.

potencialmente conectado ao seu representante, e, por isso, faz sentido pensar que ele está à distância de apenas “um clique” dele. Trata-se de pensar a imediatividade e transparência trazidas com o advento da internet de forma complementar à efetivação de processos de deliberação e decisão no espaço público, e não lidá-los como espaços antagônicos e distintos.

A própria globalização da comunicação possibilita a *web* ser uma ferramenta de luta política, na qual o espaço virtual é complementar às formas de mobilização coletiva no plano *off-line*. Não há, portanto, como pensá-los de forma separada. É possível dizer que “a internet, conjugado com um novo tipo de *ciberativismo* político, possa impactar novas formas de mobilização social, fazendo com que a democracia se veja obrigada a repensar suas formas de participação política, mesclando arenas *off-line* e *online*.” (FERREIRA, 2012: 42)

À guisa de comparação, cabe assinalar que a recente promulgação do decreto 8.243 no dia 23 de maio de 2014 parece ilustrar o alcance de investidas na área de participação social e internet, conforme percebido no inciso X do art. 2º: “considera-se o ambiente virtual de participação – mecanismo de interação social que utiliza tecnologias de informação e da comunicação, em especial a internet, para promover o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil”.

Connell (2012), da mesma forma, ao expor seu debate sobre temas emergentes na sociologia, pontua: “para que a democracia participativa floresça em uma escala mundial, um dos requisitos é a produção de conhecimento social acessível na mais ampla escala possível e que seja gerado a partir das preocupações da maioria das pessoas” (CONNELL, 2012: 16) e a *web*, neste sentido, pode configurar-se como uma potencial ferramenta para este florescimento.

A internet não só sugere como pode alavancar novos canais de participação e abre espaço para um *surplus*, qual seja: aqueles que normalmente não tinham nenhuma participação nos assuntos públicos, talvez comecem a despertar um interesse, mesmo que tímido, em participar de qualquer atividade do universo político. O partido do futuro, da mesma maneira, talvez seja aquele que use as TIC's como ferramentas as mais versáteis possíveis com o intuito de criar novas formas de interação, já que o modelo tradicional de organização partidária vem se mostrando esfacelado.⁵¹

Na análise baumaniana, “os políticos perdem poder cada vez mais, simultaneamente há um progressivo desinteresse pelo eleitorado por tudo que tenha caráter político, além de uma queda substancial nos índices de confiança nos governos”. (BAUMAN, 2000: 27) Tal

⁵¹ As recentes disputas presidenciais, como a campanha Obama de 2008, conforme visto, apontam nesta direção.

fenômeno procura abrir novos horizontes que irão buscar uma maior participação da sociedade⁵², a qual certifica o autor em sua obra.⁵³

O uso interativo da internet funciona, por tudo isso, como uma ferramenta capaz de promover um canal alargado entre representados e representantes, o que permite construir novas formas colaborativas que levem em conta a motivação subjetiva dos atores, constatando um enorme esforço das ciências sociais em entender o motivo que leva o ator a participar politicamente dentro de um contexto de uma sociedade informacional.

As reflexões em torno dessa temática procuram analisar novas formas de participação política promovida pelo uso das TIC's, em específico a internet, para além das abordagens dicotômicas que, por um lado, defendem entusiasticamente o potencial democratizador desse instrumento como uma espécie de “ágora digital”, por outro, observam a expansão da internet como tendência à desmobilização. Significa dizer: a partir de experiências empíricas singulares, os estudos tendem a problematizar como os múltiplos usos da rede virtual nas novas formas de participação se traduzem, ou não, em mecanismos de ativação da cidadania e repolitização do social.

Entender, portanto, como a internet pode contribuir para o estímulo da participação política, envolvendo cidadãos e articulando-os com novos espaços políticos de atuação é uma das principais mensagens deste trabalho. O debate está em curso e certamente a *web* nos permite vislumbrar cenários emergentes para as democracias modernas, estabelecendo uma nova cultura política capaz de promover diálogos mais participativos com segmentos da sociedade civil.

⁵² Daí, a obra ser intitulada como “Em busca da Política”.

⁵³ “O mundo da política institucional e das políticas públicas precisa entrar em compasso com uma sociedade que se modifica com rapidez, que exigirá cada vez melhores serviços públicos, mas que, por enquanto, mantém-se longe das instâncias de tomada de decisão. Deve-se pensar em formas de aproximar esses dois mundos e colocá-los efetivamente em prática.” (ROMÃO, 2013: 17).

Referências Bibliográficas

- ALCÂNTARA, Livia Moreira de (2014). *Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão*. Dissertação de mestrado, IESP/UERG, Rio de Janeiro.
- AMADEU, Sérgio; BRAGA, Sérgio & PENTEADO, Cláudio (2014). *Cultura, Política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- AMADEU, Sérgio. (2010) “Ambivalências, liberdade e controle dos ciberviventes”. In: AMADEU, Sérgio (org.) *Cidadania e Redes Digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 63-87.
- AMADEU, Sérgio (2010). Ciberativismo, cultura *hacker* e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, São Paulo, n° 86, pp. 28-39, junho/agosto.
- BATISTA, Carlos Marcos (2013). Participação Eletrônica: informação cidadã nos municípios europeus e sul-americanos. *Revista do Ceam*, vol. 2 n° 1, jan./jun., pp. 61-85.
- BAUMAN, Zigmunt (2000). *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio Cunha & RODRIGUES, Mariane Pires. (2014) *As novas tecnologias estão aumentando a qualidade do trabalho dos representantes? Um estudo do uso da internet pelos deputados estaduais da 17ª legislatura e seus gabinetes*. Trabalho apresentado no GT 04 Ciberpolítica, Ciberativismo e Cibercultura, no XXXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas gerais.
- BRASIL. Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política de Participação Social – PNPS. **Diário Oficial** (da República Federativa do Brasil), Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm Acesso em: 11 de Junho de 2014.
- BRINGEL, Breno (2011). A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política & Sociedade Florianópolis*, vol. 10, n° 18, pp. 51-73.
- BRINGEL, Breno (2012). Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia e Antropologia*, vol. 02, n 3, pp. 43-67.
- BRINGEL, Breno (2013). Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), vol. 62, pp. 42-53.
- BOBBIO, Norberto (1994). “Democracia”. In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, pp. 319-329, Vol. 1.

- BOBBIO, Norberto (2000). *O futuro da democracia*. 7. ed. rev. e amp. São Paulo: Paz e Terra.
- BOLTANSKI, Luc (2000). *El Amor y la Justicia como competências: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu.
- BORBA, Julian (2012). Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 27 n° 2, pp. 263-288.
- BUSTAMANTE, Javier. (2010) “Poder Comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital”. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu (org.) *Cidadania e Redes Digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 11-35.
- CARDOSO, Gustavo & LAMY, Cláudia (2011). Redes Sociais: comunicação e mudança. *JANUS. NET, e-journal of International Relations*, Lisboa, Vol. 2, n. 1, pp. 73-96.
- CASTELLS, Manuel (1999). *Sociedade em Rede*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel (2003). *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- CASTELLS, Manuel (2013). *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- CHADWICK, Andrew & PHILIP, N. Howard (2010) “Introduction. New directions in internet politics research”. In: Chadwick, Andrew e Philip N. Howard (orgs.) *The Routledge Handbook of Internet Politics*, New York: Routledge, p. 1-9.
- CONNELL, Raewyn (2012). A iminente revolução na teoria social. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 27, n. 80, Oct.
- COTTA, Maurizio (1994). “Representação Política”. In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, pp. 1101-1107, Vol. 2.
- DAHL, Robert. (2000). A democratic paradox? *Political Science Quarterly*, n° 115(1), pp. 35-40.
- DAHL, Robert. (2012). *A democracia e seus críticos*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- DOWBOR, Monika & SZWAKO, José. (2013). Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos Cebrap*, n° 97, novembro, pp. 43-55.
- FERREIRA, Dimas Enéas Soares (2012). *Participação e deliberação: análise do impacto dos usos das novas tecnologias digitais na dinâmica dos orçamentos participativos de Belo Horizonte e Recife*, tese de doutorado, UFMG, Belo Horizonte.
- FILHO, Laurindo Leal. *As ruas e o vaivém da mídia* Le Monde Diplomatique Brasil, ano 6, n° 72, jul., 2013
- FOUCAULT, Michel. (1977) *Vigiar e Punir*. Petrópolis; Vozes, pp. 187-213.

- FUKS, Mario. (2008) *Juventude e Socialização política - Parlamento Jovem*, Belo Horizonte: UFMG.
- GERBAUDO, Paolo. (2012) *Tweets and the streets Social Media and Contemporary Activism* London: Pluto Press.
- GIDDENS, Anthony (2005). *Sociologia*. Porto Alegre: Editora Artmede.
- GOHN, Maria da Glória. (2013) *Sociologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Editora Cortez.
- GOMES, Wilson. (2011). “Participação política *online*: questões e hipóteses de trabalho”. In: Maia, Rousiley et al (org.s) *Internet e participação política no Brasil*, Porto Alegre: Sulina.
- GOMES, Wilson et al. (2009). Politics 2.0: a campanha online de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29-43.
- KIES, Raphaël. (2010). *Promises and Limits of Web-Deliberation*, New York: Palgrave Macmillan.
- KIRSCHBAUM, Charles (2013). Decisões entre pesquisas *quali* e *quanti* sob a perspectiva de mecanismos causais. *RBCS*, vol. 28, n° 82, pp. 179-193.
- KNIGHT, Peter T. (2013). Insuficiência estratégica restringe o progresso A Internet no Brasil. *Braudel Papers*, São Paulo, n. 48, p. 1-16.
- LATOUR, Bruno (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. São Paulo: EDUSC.
- LÉVY, Pierre (1996). *O que é ser virtual?* São Paulo: Editora 34.
- MAIA, Rousiley Celi Moreira. (2011). “Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política”. In: Maia, Rousiley et al (org.s) *Internet e participação política no Brasil*, Porto Alegre: Sulina.
- MAIA, Gabriel Martins. (2013) *Democracia Eletrônica: Um Estudo de suas Principais Tecnologias*. Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- MANIN, Bernard (1995). As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, out., pp.5-34.
- MARSHALL, Thomas H. (1992). “Citizenship and social class”, in Thomas H. Marshall & Tom Bottomore, *Citizenship and social class*, Londres: Pluto Press.
- MESSENBERG, Débora. (2014) *O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da Universidade de Brasília*. Trabalho apresentado no GT 06 Comportamento Político e Opinião Pública, no XXXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas gerais.

- MESSENERG, Débora. (2009) *Cultura Política e a Orientação de Atores Sociais*. Trabalho apresentado no GT 08 Estado e Sociedade na Modernidade Atual, no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro.
- MIGUEL, Luis Felipe (2003). Representação Política em 3D. *RBCS*, Vol. 18, nº 51, pp. 123-140.
- MIGUEL, Luis Felipe (2011). Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. *Lua Nova*, São Paulo, nº 84, pp. 25-63.
- MOISÉS, José Álvaro. (2005). Cidadania, Confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, São Paulo, nº 65, pp. 71-94.
- MOISÉS, José Álvaro. (2006) *A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas*, São Paulo: NUPES-USP, Campinas: CESOP-UNICAMP
- MOISÉS, José Álvaro. (org). (2010) *Democracia e Confiança – Por que os cidadãos desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: Editora Edusp.
- MORETZSOHN, Sylvia Debossan (2013). O mundo “divertido”: o fetiche da internet e a mobilização política nas redes sociais. *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global, Santa Maria*, v. 1, n. 2, p. 310-327.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2013). *As Ruas e a Democracia Ensaio sobre o Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. (2014) Representação, crise e mal-estar institucional. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 29, n.1 jan/abr, pp 91-111.
- PARRA, Henrique. Z. (2013) Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. *Revista Pensata*, v.3, n.1, p. 141-163.
- PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel & ARAÚJO, Rafael de Paula (2014). Democracia, Sociedade Civil Organizada e internet: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. *Sociologias* (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 206-235.
- PITKIN, Hanna F. (2006). Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova*, São Paulo, nº 67, pp. 15-47.
- RIBEIRO, Gustavo Lins (1996). *Internet e a comunidade transnacional imaginada virtual*. *Interciência*, Caracas, 21(6), 277-287.
- ROMÃO, Wagner de Melo (2013). #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. *Revista de Discentes de Ciência Política UFSCAR*, Vol. 1, nº 2, pp. 152-167.

- ROMÃO, Wagner de Melo (2013). “As Manifestações de Junho e os Desafios à Participação Institucional”. *Boletim de Análise Político-Institucional*, 4, Brasília, IPEA, p. 11-20.
- SAMPAIO, Rafael Cardoso (2014). *Orçamentos Participativos Digitais: um mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para a e-participação e e-democracia*. Tese de doutorado, UFBA, Salvador.
- SANI, Giacomo (1994). “Participação Política”. In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, pp. 888-890, Vol. 2.
- TAVOLARO, Sérgio B. F & TAVOLARO, Lília G. M. (2010) A cidadania sob o signo do desvio: Para uma crítica da “tese de excepcionalidade brasileira”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 331-368.
- URBINATI, Nadia. (2006). O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, São Paulo, nº 67, pp. 191-228.
- YOUNG, Iris M. (2006). Representação Política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, nº 67, pp. 139-190.